

tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 226 • Dezembro de 1987 • Cz\$ 25,00

Teimosia da Esperança



tempo e presença

Revista mensal
do CEDI

Dezembro 87

CEDI Centro Ecumênico de
Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
22241 - Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (021) 205-5197
Telex: 021 37932 CIED BR

Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP
Telefone: (011) 825-5544
Telex: 011 26561 ECUM BR

Conselho Editorial

Aloizio Mercadante Oliva
Carlos Rodrigues Brandão
José Oscar Beozzo
José Roberto Pereira Novaes
Luiz Eduardo Wanderley
Milton Schwantes
Rubem Alves

Editor

Jether Pereira Ramalho

Editor Assistente

Marco Antônio Piva

Jornalista Responsável

Marco Antônio Piva
Reg. Prof. n.º 12.911

Secretário de Redação

Flávio Irala

**Diagramador e
Secretário Gráfico**

João Francisco Esval

Capa

Bento

Fotolito

Rei Tom Arte&Fotolito

Impressão e Acabamento

Gráfica Pirâmide

Erramos

Na edição n.º 225 (nov/87) deixamos de mencionar que o artigo de Fernando Gabeira — (*O morro não é bonito*) — foi extraído da revista *Senhor*, n.º 337, de 2/9/87.

Preço do exemplar avulso:

Cz\$ 25,00

Assinatura anual:

Cz\$ 200,00

Assinatura de apoio:

Cz\$ 300,00

Quero afirmar através desta, o recebimento regular da maravilhosa revista *Tempo e Presença*, editada pelo CEDI.

Admiro profundamente o esforço de vocês em contribuir para a renovação do tecido social, através da vivência do Evangelho e do ecumenismo, dentro das mensagens revolucionárias que esta contém. Na verdade, é uma revolução editorial esta revista. Com assiduidade leio atentamente os assuntos abordados.

Vejo através desta revista *Tempo e Presença*, o compromisso com o social. Isso é bom. Ela é de cunho informativo e formativo. A educação em si, é formar o homem de modo integral, é desenvolver nele um espírito de crítica diante dos fatos e acontecimentos de nossa sociedade. Deve ser acima de tudo na participação ativa e contínua no processo histórico do próprio homem e ambiente. Por tudo isto, quero no ensejo, parabenizá-los e incentivá-los nesta linda luta, que é exatamente, a luta pela civilização do amor e pelo socialismo, ou seja, uma sociedade igualitária, partindo do princípio do bem-comum.

**Hélder Loureiro
Diamante, PB**

A revista *Tempo e Presença* nos interessa muito e agradecemos o trabalho de vocês para informar-nos com tanta clareza. Que Deus lhes dê forças e coragem para conatnuar trabalhando nesse sentido.

**Ir. Haydee
Congregação das Irmãzinhas
da Assunção
Taboão da Serra, SP**

Gostamos muito do trabalho do CEDI. Tem-nos ajudado a crescer na consciência ecumênica e a conhecer muitas coisas sobre a caminhada da Igreja.

Agradecemos sua atenção e solicitude. Contem com nossas orações e amizade.

**Ir. Amiris
Irmãs do Sagrado Coração de
Maria
Santa Terezinha, GO**

Muito oportuna e de grande valor a edição n.º 224 (outubro/87) da *Tempo e Presença*. Os temas tratados têm nos chamado a atenção. Tanto a questão do socialismo (que tipo de socialismo queremos construir, socialismo e Reino de Deus etc.) bem como as questões de administração dos conflitos internos e externos.

Diante da sede das pessoas em conhecer e discutir o socialismo, os preconceitos e as mensagens anticomunistas com que são bombardeadas nossas comunidades, é importante que esses temas sejam aprofundados, inclusive a nível de seminários.

**Rev. Cilas Ferraz de Oliveira
Guaçu, ES**

Há mais de dois anos que venho lendo a revista *Tempo e Presença* e já tive a oportunidade de contribuir com a venda de várias assinaturas. Julgo que a leitura da revista, sob a atual linha editorial, é im-

prescindível a todos os cristãos que assumem a práxis libertadora.

Grande importância também tem os encartes da *Tempo e Presença*, por fornecerem ao leitor subsídios mais elaborados sobre questões polêmicas, que muito ajudaram nas discussões de grupos da nossa comunidade.

O último encarte, porém, sobre "A Campanha do jornal *Estado de S. Paulo* e os interesses das mineradoras", deixou a desejar. Faltou informações objetivas sobre as razões e motivos que levaram o Estado a fazer aquela campanha defamatória e falsa. E mais, por que a campanha era falsa.

Creio que o semanário *Retrato do Brasil* fez (e parece que foi o único órgão de imprensa) uma excelente cobertura e investigação sobre o caso, que a *Tempo e Presença* poderia aproveitar para municiar melhor os seus leitores.

**Serenito Moretti
Rio de Janeiro, RJ**

**LEVANTAMENTO POVOS INDÍGENAS DO
BRASIL**

Volume 3 - Amapá/Norte do Pará	Cz\$ 450,00
Volume 5 - Javari	Cz\$ 270,00
Volume 8 - Sudeste do Pará (Tocantins)	Cz\$ 400,00

ACONTECEU ESPECIAL

Trabalhadores rurais 1980	Cz\$ 50,00
Trabalhadores urbanos 1980	Cz\$ 50,00
Trabalhadores urbanos 1981	Cz\$ 50,00
Trabalhador rural 1981	Cz\$ 50,00
Fiat 1981	Cz\$ 50,00
Igrejas: Desenvolvimento e participação popular	Cz\$ 70,00
Povos indígenas no Brasil 83	Cz\$ 210,00
Povos indígenas no Brasil 84	Cz\$ 300,00

CADERNOS DO CEDI

Canaveiros em greve	Cz\$ 100,00
Educação popular: Alfabetização e primeiras contas	Cz\$ 100,00
Sexta assembleia do CMI	Cz\$ 140,00
Peões e garimpeiros: Terra e trabalho no Araguaia	Cz\$ 70,00
Rochas comunitárias & outras experiências de coletivização	Cz\$ 70,00
Deixar vir a mim os pequeninos	Cz\$ 70,00

Índice

Esperança

- 4 TRANSIÇÃO CONSERVADORA E LUTA SOCIAL
Perseu Abramo
- 6 DÍVIDA EXTERNA E DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO
Aloizio Mercadante Oliva
- 8 LUTA PELA TERRA EM TEMPO DE CONSTITUINTE
Mariana Pantoja e
João Roberto Ripper
- 16 O AVANÇO DOS MOVIMENTOS POPULARES
Frei Betto
- 17 SOMAR ESPERANÇAS PARA UMA NOVA REALIDADE
D. Paulo Evaristo Arns
- 18 TEIMOSA ESPERANÇA
José Lima
- 20 "HÁ QUE VIVER, AQUI E AGORA"
João Guilherme Bihel
- 22 A COMUNIDADE DA ESPERANÇA
Rubem Alves

Constituinte

- 27 CONSTITUIÇÃO, CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO
João Gilberto Lucas Coelho

América Latina

- 30 SOBERANIA: A ALTERNATIVA PARA A PAZ
Newton Carlos

Bíblia hoje

- 32 COMPROMETIDOS COM O DEUS DA ESPERANÇA
Juan Stam

Livros

- 35 CONFLITO NO ARAGUAIA
Carlos Rodrigues Brandão

Última página

- POEMA
Rubem Alves

Na fraqueza, encontramos forças

Não é fácil avaliar o significado do complexo processo social que estamos vivendo. Repleto de crises, de avanços e recuos, de ilusões e frustrações. Podemos deixar-nos influenciar somente pelo que é aparente, sem compreender as razões mais profundas do processo. Elemento importante é a construção de expectativas sobre a realidade, muitas vezes baseadas em análises equivocadas da correlação de forças que atuam em nossa sociedade. Simplificamos e idealizamos o processo social e, quando verificamos que ele é mais complexo e difícil, caímos em perplexidade e frustrações. Também pensamos que a história marcha no ritmo que imaginamos. Falamos tanto em caminhada e raciocinamos em termos de correria. Precisamos alargar as nossas visões e sensibilizar nossos ouvidos para as diversas músicas e ruídos.

O período da chamada transição democrática veio demonstrar a debilidade da nossa rede social e as grandes forças políticas mostraram que não possuem um projeto nacional que, com certa coerência, indique o tipo de sistema sócio-político ideal e possível para o Brasil hoje.

Essas dificuldades mostraram para os movimentos sociais que o processo da construção da democracia é muito mais complicado do que muitas análises simplificadoras indicavam. Que as coisas não se reduzem a categorias do bom e do mau. Essa compreensão não se aprende com discursos, mas na prática concreta da luta popular.

Outro dado importante desse período é que a busca da nova sociedade exige uma compreensão mais totalizante da ação. Ela se desenvolve em vários níveis com pesos políticos diferentes, mas necessários e importantes, dependendo do momento conjuntural. Isso ficou evidente na elaboração da Constituição. A significativa presença de alguns poucos parlamentares comprometidos com o povo chegou a assustar a grande maioria reacionária e antipopular.

A desnudação das articulações dos blocos do poder foi também elemento importante nesse período. A União Democrática Ruralista (UDR) fez exibição pública dos seus recursos, dos seus métodos e de toda a sua política contrária aos trabalhadores rurais. Mostrou sua violência e seu reacionarismo. Os empre-

sários, por sua vez, despiram-se da postura progressista com que tentavam enganar o povo e claramente mostram que usam qualquer meio — dinheiro, propaganda, calúnias etc. — para manter seus injustos privilégios. E assim os banqueiros, as empresas multinacionais, os donos dos meios de comunicação social, tiveram que se mostrar, com toda a virulência, nesse período. A organização do chamado "Centrão" mostrou ao povo a real correlação de forças que se delineia na atual conjuntura e os métodos inescrupulosos que os que detêm o poder utilizam quando sentem a força popular.

Para as igrejas também foi um período difícil. Rompeu-se uma certa ilusão — e mesmo ingenuidade — com que se avaliou as possibilidades da apelidada "Nova República". Entendeu-se que não é por esse caminho que se vai construir a sociedade que o evangelho nos indica.

As lições aprendidas foram muitas e definem o novo estágio das lutas populares e dos organismos com elas comprometidos. Subimos um novo patamar na luta política. Os inimigos ficaram mais transparentes e mais complicados. A caminhada está exigindo o maior fortalecimento dos movimentos populares, não só em quantidade, mas em compreensão aprofundada do processo democrático. Não há mais lugar para reducionismos e simplificações. Estamos continuando a luta em outro degrau. O nosso compromisso com o processo democrático agora é mais exigente.

O importante é não desistir, não cair nem no desespero, nem na frustração. As fortes manifestações reacionárias que apareceram nesse período foram indicações da força do movimento popular. Caso contrário, ficaríamos escondidas no seu cinismo e falsidade

Tudo isso aumenta nossa esperança, teimosa esperança, evangélica esperança. Reafirmamos, nesse final de ano, os ensinamentos daqueles que souberam da fraqueza tirar forças e que mantiveram sua fé, confirmando que "semeia-se em fraqueza e ressuscita-se em poder" (1Cor 15,43). Muitos de nós não veremos a concretização dessa luta, mas já estamos acenando, na certeza da nossa utopia, a vitória das forças da justiça e da vida, com que juntos, ecumênicamente, estamos comprometidos.

Transição conservadora e luta social

Perseu Abramo

José Luz/Ag. Folhas



A "Nova Republica" aponta para uma direção, mas...

A conjuntura política brasileira de 1987 caracterizou-se, fundamentalmente, pela dificuldade da burguesia em levar avante seu projeto de transição conservadora, bem como pela insuficiência da classe trabalhadora em aumentar sua própria força e conquistar uma ruptura democrática. (No contexto desta análise, classe trabalhadora está designando a classe operária *strictu sensu*, os setores proletários urbano e rural, autônomos, trabalhadores temporários da cidade e do campo, agricultores de micro e pequenas propriedades familiares rurais, proprietários de micro e pequenas empresas familiares urbanas e setores assalariados da classe média).

Em 1984, a classe dominante conseguiu uma vitória, ao liquidar a campanha das diretas. Os anos de 1985 e 1986 foram os de arranjos e conchavos, montagem, consolidação e ampliação do projeto conservador. Mas o Plano Cruzado não deu certo e o ano de 1987 encontra a burguesia diante de um desafio. É preciso prosseguir com o projeto conservador e apagar o descontentamento popular. Para enfrentá-lo, há que agir em várias frentes.

Em primeiro lugar, a Constituinte. A imensa maioria dos congressistas é conser-

vadora. Os progressistas não passam de dez por cento. No entanto, a burguesia não consegue controlar inteiramente o Congresso. Porque também não consegue resolver os problemas econômicos e sociais do país. O descontentamento popular vai se alastrando. E constitui respaldo suficiente para que a minoria progressista imponha derrotas à burguesia. Tudo se passa como se a luta de classes fosse transplantada por inteiro para dentro do Congresso Constituinte.

O governo Sarney (o presidente, seus assessores diretos, o aparato tecnoburocrático palaciano, os ministros, o dispositivo militar) consegue impedir que a minoria conquiste para a Constituinte um pouco de poder e soberania. Mas os progressistas obtêm algumas vitórias regimentais. Sarney intervém exigindo cinco anos de mandato. O setor avançado conquista alguns direitos sociais na Comissão de Sistematização. A reação é convocada para tumultuar o processo constituinte com manobras e golpes. A opinião pública protesta e chega-se a um impasse neste final de ano.

A polarização Executivo-Constituinte não foi o único obstáculo à transição burguesa. A vitória eleitoral do PMDB tam-

bém criou dificuldades. Em novembro de 1986, o voto popular colocou no poder um partido cheio de contradições: progressista no discurso, moderado na prática e conservador na defesa dos interesses da classe burguesa, que efetivamente dirige o PMDB. O partido oscila entre a fidelidade às bases eleitorais e o compromisso real com a transição conservadora.

Mas as eleições de 86 também fortaleceram o sistema partidário no seu conjunto. O governo Sarney vê-se obrigado, embora a contragosto, a governar com a mediação dos partidos. Desfeita a "Aliança Democrática", resta o PMDB, no poder real em todo o país. Sarney já não pode governar bonapartisticamente, como fizera em 1985 e 1986, quando passava por cima do Congresso e dos partidos.

A mediação coloca o PMDB num dilema: que parte da sociedade representar? A classe trabalhadora, que em grande parte constituiu seu eleitorado? Ou a burguesia, que efetivamente controla sua direção e sustenta o projeto de um capitalismo moderno? Vence o mais forte. O PMDB fica com o governo Sarney. Mas em troca Sarney fica prisioneiro do partido. O preço a pagar é o parlamentarismo à PMDB, com quatro anos de mandato e voto proporcional.

Outro pólo a atrapalhar o curso da transição foram as Forças Armadas. De modo geral, mantiveram-se afastadas do dia a dia político. Não deram nenhum grande golpe contra a democracia. Já foi muito, mas, por isso mesmo, tornou extremamente significativas as poucas — porém expressivamente selecionadas — interferências militares. No campo das lutas populares, intervieram para desestimular a organização e o espírito combativo dos trabalhadores: repressão contra ocupações nas áreas rural e urbana, contra greve nos setores "essenciais", contra explosões populares de inconformismo. No campo institucional, o discurso chantagista das ameaças de endurecimento, de respaldo ao continuísmo de Sarney, contra o poder constituinte e na defesa do poder militar.

Mas as Forças Armadas não botaram para fora nem um milésimo de seu real poder de coerção. Se necessário, voltarão a golpear a democracia, por convocação da burguesia, como já fizeram em 1937 e

1964. Resta saber quem, na burguesia, tem cacife para convocá-las. Certamente nem o governo Sarney, nem a ala conservadora do PMDB, nem populistas de tipo antigo, como Jânio ou Maluf.

As Forças Armadas não botaram para fora seu poder de coerção

Sobram as novas organizações e lideranças de direita e de extrema-direita, como a UDR, a UBE e outras. Diferentemente da antiga, a nova direita tem demonstrado grande capacidade de organização e mobilização. Consegue atrair atenções e adesões em várias classes. Sabe formular e divulgar um projeto simples e fácil de entender: defesa intransigente do capitalismo contra o socialismo, da propriedade privada, da submissão do Estado aos lucros empresariais. Pode não ser um perigo imediato, mas é um risco certo.

E quem pode eliminar o risco de uma nova ditadura de direita? Nem o governo Sarney, nem a burguesia, nem o centro. Cabe, portanto, à classe trabalhadora essa responsabilidade histórica.

A classe trabalhadora, contudo, ainda não tem no momento nem um projeto formulado de alternativa democrática, nem força suficiente para mudar radicalmente o curso da conjuntura.

Os vinte anos de ditadura militar tiveram, sobre a organização dos trabalhadores enquanto classe, um peso destruidor que ainda não se esvaiu completamente. As lutas do final da década de 70, a criação do PT e da CUT, os novos instrumentos de organização, sem dúvida constituíram um marco histórico decisivo e irreversível. Mas ainda não conseguiram acumular forças suficientes. A classe trabalhadora vem enfrentando as dificuldades de um período de vitórias e derrotas, ganhos e perdas, idas e vindas, avanços e recuos. E a conjuntura de 1987 foi particularmente característica dessa situação.

Os compromissos da burguesia com a dívida externa, sua impossibilidade de resolver problemas econômicos e sociais, a carestia, a recessão, o desemprego, a inflação — tudo isso criou um difuso, confuso e generalizado sentimento de apatia, ceticismo, ira e descontentamento entre o povo. Mas os setores organizados e avançados da classe trabalhadora, embora o tivessem tentado, não conseguiram politizar o sentimento popular.

Durante todo o ano de 1987 pareceu estarem em curso no país diversas campanhas diferentes, protagonizadas mais ou menos pelas mesmas organizações,

atropelando-se umas às outras e disputando entre si a atenção e a hegemonia do mesmo público. Greves, passeatas, comícios, abaixo-assinados, quebra-quebras, invasões, protestos... Uma imensa e pujante vitalidade, mas em grande parte perdida. Porque desarticulada, descoordenada, sem rumo e direção, confundindo alvos, adversários e aliados. Inconsciente da própria força latente e ao mesmo tempo presunçosa quanto às próprias possibilidades.

Não obstante tudo isso, o ano de 1987 termina com alguns ganhos registrados e a esperança de avanços mais significativos no futuro.

A mobilização dos servidores civis e de assalariados de classe média foi altamente positiva. As greves operárias, apesar dos objetivos limitados, demonstraram capacidade de luta. Até mesmo a projetada greve geral, embora derrotada no conjunto, trouxe para o cenário de lutas setores e localidades até então pouco mobilizados.

Os milhões de assinaturas das emendas populares, apesar da descoordenação das entidades promotoras, revelaram um grande potencial. Alguns temas já vitoriosos na Comissão de Sistematização do Congresso Constituinte poderão tornar-se marcos importantes para conquistas futuras. A atuação dos parlamentares progressistas tem neutralizado, até agora, manobras golpistas do governo Sarney e da direita.

A classe trabalhadora ainda não tem força para mudar o país

As contradições do PMDB no poder farão milhares de eleitores votarem melhor nas próximas eleições. Os comícios por di-

retas, se bem que poucos e pouco concorridos, contribuíram para enfraquecer as pretensões continuístas de Sarney. As lutas no campo, embora contidas e contra-atacadas, continuam mantendo a bandeira da reforma agrária.

O balanço final da correlação de forças, portanto, é positivo, apesar de não ter havido avanço significativo da classe trabalhadora. Poderia ter sido pior.

Em lugar da transição, uma alternativa popular, no rumo do socialismo

Em 1988, cabe às lideranças aplicarem na prática os resultados da autocritica que devem, ou deveriam, estar fazendo neste final de ano.

Estão aí as condições concretas de exploração e miséria, as massas descontentes, as organizações populares, sindicais e político-partidárias. Também está aí a impossibilidade histórica de o projeto burguês de transição conservadora resolver os problemas do povo. E estão aí a UDR, a direita e muitos militares querendo o golpe e uma nova ditadura.

É preciso prosseguir com a acumulação de forças. Mas, fundamentalmente, é necessário articular as propostas fragmentadas num projeto alternativo capaz de liquidar o caráter conservador da transição e colocar em seu lugar uma alternativa de ruptura democrática e popular. E, com isso, abrir perspectivas de transformações mais profundas na sociedade, no rumo do socialismo.

Perseu Abramo é jornalista e membro da Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores.



...os trabalhadores vão para outra. No final, empate técnico.

Dívida externa e desenvolvimento alternativo

Aloizio Mercadante Oliva

A crise da economia brasileira é muito grave. É a crise de muitas crises e suas conseqüências históricas são imprevisíveis. O sentimento nacional é de que a própria esperança entrou em crise. O reencontro do país com sua condição histórica de subdesenvolvimento, cujo ritual de passagem foi o fracasso do Plano Cruzado, deixou um clima de ceticismo e descrédito, uma pesada herança para os que estão comprometidos com a defesa dos interesses populares e de um projeto de transformação do país.

Enfrentar e superar esta situação de descontentamento profundo e ausência de perspectivas, dependerá da consistência dos projetos políticos, da coerência dos discursos e da seriedade das propostas. Não há respostas fáceis para a grave situação do país. Não basta continuar denunciando os problemas, ou reclamando da incompetência generalizada da "Nova República". É preciso apontar alternativas, construir novos horizontes e valores capazes de forjar uma perspectiva de desenvolvimento. Porém a construção de um discurso alternativista deve partir do enfrentamento direto e transparente dos graves problemas nacionais. E entre os inúmeros problemas e grandes dificuldades, não temos dúvida de que a dívida externa ocupa um lugar de grande destaque.

O impasse estrutural

Os povos da América Latina vivem um dos momentos mais dramáticos de sua história recente e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e no conjunto dos países do continente se encontra diante de um verdadeiro impasse histórico.

A renda média por habitante do continente em 1985 era equivalente ao nível de 1975. Alguns países retrocederam vinte anos e nenhum país, em 1986, possuía uma renda per capita superior a 1980. Do ponto de vista econômico e social, a última década representa uma *década perdida*.

Este contexto histórico é determinado pela dívida externa, que representa uma nova forma de acumulação de capital e dominação imperialista, que está promovendo um violento e acelerado processo de centralização de capital e contribuindo para a modernização tecnológica dos países do Norte, enquanto condena os povos da América Latina e da maioria dos países do chamado Terceiro Mundo à condição histórica de subdesenvolvimento.

Uma proposta alternativa

A questão que está posta para a América Latina não é se devemos ou não pagar a dívida externa. A questão que a história nos coloca é que *não há como pagar a dívida*, quaisquer que sejam as conseqüências desta atitude. Portanto, o problema da dívida externa — do Brasil e dos demais países do Terceiro Mundo — transcende a questão de países devedores e bancos credores, ou autoridades econômicas e missões do Fundo Monetário Internacional. *A questão da dívida externa é a mais importante questão política internacional desta conjuntura*, pois atinge a maior parte dos povos que vivem no Terceiro Mundo, e que serão mais de 80% da população mundial nos próximos quinze anos.

O desafio histórico de romper o círculo de ferro da dívida externa se encontra diante de um momento político extremamente importante. Do ponto de vista

internacional, a crise financeira agravada com o desabamento da bolsa de valores de Nova Iorque em outubro, associada às perspectivas da política econômica do governo Reagan, deve retrair o comércio internacional e dificultar ainda mais os superávits comerciais dos países endividados. De outro lado, já são dez países em moratória continental. A crise da dívida deverá se agravar no ano de 1988. No Brasil, apesar da "moratória técnica" estar levando a economia de volta para o FMI, é certo que a crise cambial permanecerá e estamos longe de uma solução para o impasse nas negociações. Os credores forçam concessões como a conversão da dívida e a internacionalização de setores estratégicos da economia.

O agravamento da crise reforça a necessidade de refletirmos sobre a possibilidade de da ruptura e de enfrentarmos o desafio histórico da dívida externa. É evidente que não esperamos mudanças significativas por parte da política econômica oficial, mas o próprio fracasso das políticas ortodoxas e heterodoxas de curto prazo impõem a busca de alternativas, ou seja, de uma nova concepção de desenvolvimento que sustente o embate com os credores internacionais. No contexto da transição política conservadora, propor uma alternativa à problemática da dívida é mais um esforço de avançar o papel da consciência na produção da história, mesmo que a história não se faça somente de consciência. O fundamental aqui é assumir a tarefa primeira de refletir, inventar a negação ao nível da consciência, para que a consciência histórica, quem sabe, possa contribuir para a vontade política e social capaz de promover a ruptura.

Um plano alternativo para sustentar a decisão de suspensão do pagamento da dí-



vida externa teria que avançar na seguinte direção política:

a) encaminhar de forma imediata uma auditoria da dívida externa, para que se tenha a dimensão real do problema e para que a questão da legitimidade da dívida e as responsabilidades sobre sua origem possam de fato emergir para o grande público;

b) manter a centralização do câmbio e estabelecer uma política de prioridades que procure articular a defesa das reservas cambiais e demais recursos ainda existentes com o planejamento global para a economia;

c) eliminar imediatamente todas as importações não prioritárias e racionalizar, sob o controle do Estado, toda a política de comércio exterior;

d) impulsionar os setores exportadores para obterem ganhos de produtividade com inovações tecnológicas de emergência, racionalização dos custos sem que haja corrosão dos salários reais e independente da política cambial e de subsídios estatais, que oneram o conjunto da sociedade;

e) estocar matérias-primas essenciais e desenvolver uma política de substituição de importações emergenciais, envolvendo o conjunto da comunidade técnica e científica do país neste esforço, na perspectiva de construir alternativas inovadoras e baratas;

f) reorientar a política de comércio exterior do país, priorizando e estimulando as relações com os países do Terceiro Mundo, especialmente a América Latina, o co-

mércio bilateral através da utilização de moedas-convênios procurando explorar as potencialidades recíprocas;

g) desenvolver uma política exterior de articulação e solidariedade entre os países devedores diante do contexto internacional das relações econômicas e financeiras Norte/Sul;

h) desvalorizar a dívida pública acumulada e prover uma reforma tributária de emergência que penalize os 5% mais ricos da população, os ganhos especulativos financeiros e imobiliários e as grandes heranças. Os recursos públicos devem ser canalizados para o plano do desenvolvimento nacional, alavancando a retomada dos investimentos dentro das condições efetivas da economia e para as áreas estratégicas;

i) canalizar os recursos arrecadados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento e os depositados no Banco Central vinculados às exigências externas para os investimentos estratégicos, como estatais que produzem insumos básicos, planos de substituição de importações, alimentação básica e infraestrutura, entre outras;

j) promulgar uma nova legislação que assegure ao Estado o poder de intervenção imediata nas empresas que não colaborem no plano de emergência nacional ou como medidas de autodefesa frente a eventuais retaliações internacionais, prevendo as punições correspondentes e a possibilidade de encampação estatal das empresas;

l) este conjunto de medidas emergenciais, voltadas basicamente para dar sus-

tentação à suspensão do pagamento da dívida externa, devem estar articuladas com medidas de política social e com um programa de reformas estruturais que efetivamente contemplem as grandes aspirações nacionais, com ênfase especial na reforma agrária.

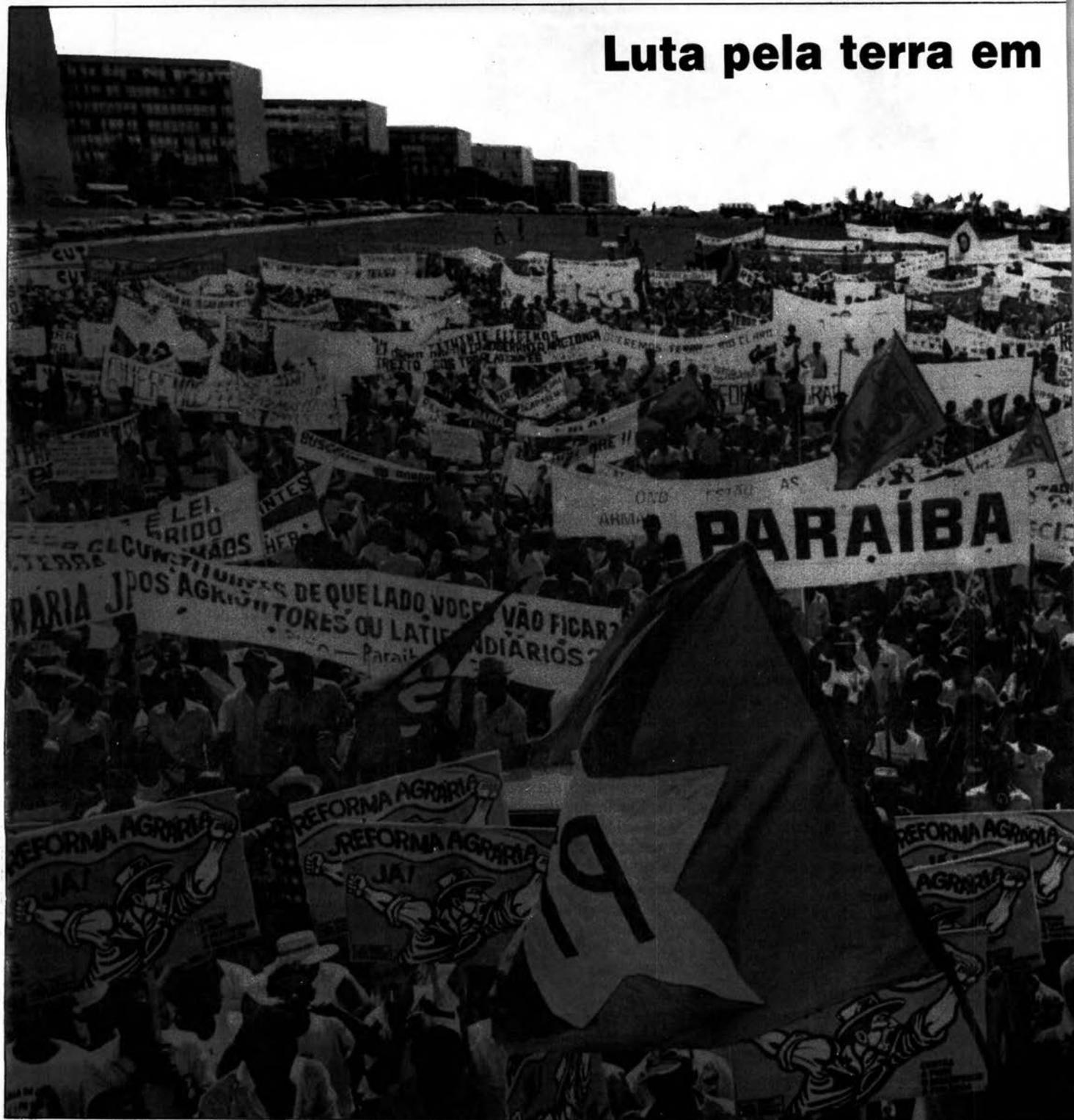
É evidente que uma atitude desta dimensão exigirá um apoio popular amplo e permanente, uma disposição de trabalho e mobilização nacional. De alguma forma, o próprio futuro da democracia dependerá de repensarmos toda a lógica do desenvolvimento econômico do país. Não haverá democracia sem ruptura com o modelo atual que está absolutamente esgotado.

Entre nós, o capitalismo deixou muitos sem acesso aos mais elementares direitos e bens materiais, produziu um mundo pequeno demais para caber os milhões de brasileiros e, com isto, radicalizou a questão da democracia. Aqui sobra gente para o capitalismo, este é menor que a sociedade. O Estado se volta contra a maioria da sociedade, ou a tem como problema. Por isso, temos que inventar a democracia em todos os níveis, porque inventar a democracia é produzir uma sociedade onde caibam todos. Introduzir milhões na vida é o grande desafio histórico.

A construção deste país que todos querem será longa e dura. E a dívida externa é o primeiro e talvez nosso maior obstáculo.

Aloizio Mercadante Oliva é economista e coordenador do Programa "Memória e Acompanhamento do Movimento Operário" do CEDI.

Luta pela terra em



Texto: Mariana Pantoja
Fotos: João Roberto Ripper

A Caravana Nacional pela Reforma Agrária, realizada nos dias 4, 5 e 6 de outubro, em Brasília, reuniu aproximadamente 10 mil trabalhadores rurais de 21 estados brasileiros. A iniciativa, promovida pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederação Nacional dos

Trabalhadores da Agricultura (Contag), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MTRST) e Comissão Pastoral da Terra (CPT), representou um marco histórico na luta do movimento camponês pela reforma agrária e contra a violência no campo.

Sem grande expectativa quanto à futura Constituição, mas demonstrando muita firmeza, os la-

tempo de Constituinte

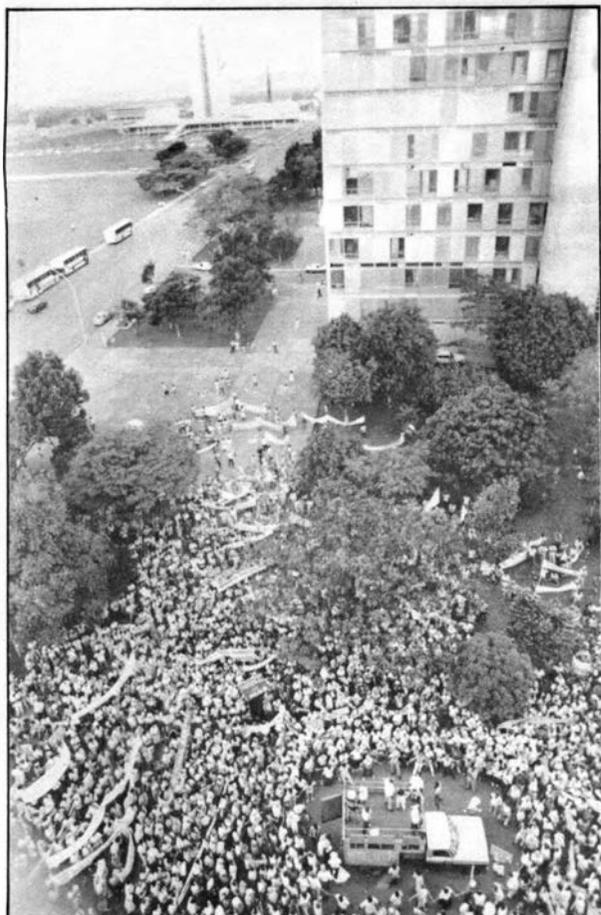


vradores pressionaram parlamentares e ministros reivindicando a aprovação da emenda popular, subscrita por dezoito entidades e assinada por 1,5 milhão de pessoas, que garante a reforma agrária sob o controle dos trabalhadores.

Os trabalhadores rurais ocuparam Brasília. O gramado em frente ao Congresso Nacional ficou cheio de faixas, bandeiras, cartazes e rostos mar-

cados pela resistência, do corado sulista ao queimado paraense, que em conjunto deram uma coreografia toda especial à capital da República.

O coro de “reforma agrária na lei ou na marra” era regido pela esperança teimosa de quem precisa ter fé, porque, afinal, resistir e lutar é imprescindível.



A Caravana Nacional pela Reforma Agrária mostrou a força dos trabalhadores rurais.

Um ato histórico

As manifestações tiveram início no dia 5 com uma grande concentração em frente ao Congresso, onde as entidades organizadoras firmaram posição conjunta quanto à relevância daquele ato e à determinação de resistir e lutar por uma reforma agrária que corresponda verdadeiramente aos interesses dos trabalhadores rurais.

“Este é um ato histórico extremamente importante”, anunciou Avelino Ganzer, secretário-geral da CUT. Em seu discurso, criticou firmemente o modo como a reforma agrária vem sendo conduzida pelo governo e ressaltou o papel desempenhado pelos pequenos produtores na economia nacional. Com relação à Constituinte, declarou que, por um lado, a ida a Brasília teve como um dos objetivos apoiar e fortalecer os parlamentares “que estão aí dentro lutando pelo nosso direito”. Por outro lado, como endossou Hamilton Pereira, da CPT, se a nova Carta não representar um avanço, os trabalhadores se organizarão e “não se sentirão obrigados a cumprir uma Constituição feita às costas do povo”.

“Existe uma lei mais forte, que é a lei da sobrevivência de cada trabalhador”, declarou José Francisco da Silva, presidente da Contag, tendo em vista a previsão de uma Constituição que não vai garantir este direito aos trabalhadores: “não há uma vontade política, o governo não quer fazer uma reforma agrária”. Diante deste quadro, somado à escalada da violência no meio rural, os trabalhadores devem redobrar sua disposição para lutar pela terra e continuar se organizando.

Na verdade, a reforma agrária põe em jogo para os lavradores brasileiros a questão da sua cidadania política: “Nós queremos uma reforma agrária onde o trabalhador possa plantar, possa colher e possa dar destino a ele mesmo neste país”, afirmou José Rainha Junior (Zezinho), membro da Executiva Nacional do MTRST.



Avelino Ganzer e Jäder Barbalho: o ex-governador do Pará perdeu a credibilidade diante dos trabalhadores rurais.



O duelo.

Visita aos ministérios: agricultura e reforma agrária

A primeira manifestação realizou-se em frente ao Ministério da Agricultura, quando foram feitas críticas à política agrícola do governo e seus efeitos nefastos: a violência no campo e a expropriação brutal dos trabalhadores rurais. Uma comissão entregou pessoalmente ao ministro Íris Rezende um documento assinado pelas quatro entidades. Antes de ser entregue ao ministro, esse documento foi lido e aprovado publicamente por aclamação pelos manifestantes. Ele versava sobre a política agrícola governamental frente à realidade dos pequenos produtores brasileiros.

No dia 6, no início da tarde, a Caravana Nacional pela Reforma Agrária rumou para o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrários (Mirad), onde nova manifestação foi realizada. Desta vez, a ênfase dos discursos recaiu sobre a questão da concentração da terra e a ineficiência da forma pela qual a reforma agrária vem sendo conduzida, em especial no tocante às desapropriações. Representantes do Pará acusaram o atual ministro e ex-governador Jáder Barbalho de corresponsabilidade pela hoje grave situação fundiária do estado, denunciando inclusive o crescimento da violência no campo. Lembrou-se a presença do presidente José Sarney e do ex-ministro Nelson Ribeiro no 4º Congresso da Contag (quando fizeram promessas quanto à reforma agrária) e a posterior frustração com o PNRA sancionado: além de não atender as reivindicações, as suas metas mínimas não foram cumpridas.

Novamente uma comissão composta por representantes da CUT, Contag, MTRST e CPT foi entregar um documento, devidamente aprovado, ao ministro Jáder Barbalho, cobrando uma decisão política do governo com relação à reforma agrária.

(In)justiça

Ao cair da tarde, os manifestantes rumaram para o Ministério da Justiça. Lá, ao contrário do que até então havia ocorrido, havia um forte aparato policial formando uma barreira entre o ministério e os trabalhadores rurais, impedindo assim uma maior aproximação. No entanto, este fato não pareceu se constituir em algo intimidador. Pelo contrário, foi motivo de uma interessante constatação: "Nós estamos desconfiados de que realmente a justiça está guardada ali dentro, porque não precisava deste aparato todo para vigiar trabalhador". A manifestação foi repleta de palavras de ordem, músicas e pronunciamentos denunciando injustiças cometidas contra os trabalhadores rurais. Após serem lembrados os nomes de vários mártires da luta pela terra fez-se um minuto de silêncio, cujo final foi marcado por um coro por "justiça".

Em nome da CUT pronunciou-se Maria Aparecida, presidente do sindicato de Unai (MG), que teve o pai assassinado por um fazendeiro. Este foi o primeiro caso na história da violência rural em que o assassino foi levado a julgamento. Foi, no entanto, absolvido. "A Justiça conseguiu legalizar o crime", denunciou, alertando que os trabalhadores têm que estar cada vez mais unidos, organizando-se nos sindicatos e partidos. Luis Vilanova, do MTRST, também denunciou a ilegitimidade da justiça que atinge a todos: "Uma coisa nos une em todos os cantos: a Justiça, a polícia que bate e maltrata os trabalhadores", além de fechar os olhos à atuação da UDR, através de suas milícias privadas. Com relação aos 685 mortos no campo desde o início da chamada "Nova República", Valdir Ganzer, pela CPT, afirmou que eles não serão esquecidos: "o trabalhador rural tem memória e sabe o que quer".



Ulysses: atencioso, mas sem colocar o dedo na ferida.

“Que justiça é essa?”, indagou Hélio Neves, da Contag, já que o que se constata é a impunidade, a concentração de terra, a cobertura às ações da UDR, a fome da população etc. Criticou o recente comportamento do ministro Paulo Brossard quando de sua ida a Conceição do Araguaia, de onde partiu logo que chegou, alegando falta de segurança: “Ele fugiu de lá e nós viemos aqui dizer tudo o que queremos”.

Alguns parlamentares do PT e do MUP/PMDB também se solidarizaram com a luta pela reforma agrária e repudiaram as ações da UDR, inclusive as pressões sobre a Constituinte.

O documento entregue ao ministro denunciava a violência no campo e a impunidade que a caracteriza, cobrando do governo, especialmente do Ministério da Justiça, uma ação efetiva no sentido de reverter esta situação. Uma comissão composta também por deputados federais foi ao ministério, mas não foi recebida pelo ministro Paulo Brossard. Ele recusou-se até a receber os parlamentares — fato inédito na vida política nacional — dizendo-se “pessoalmente ofendido” pela manifestação. Esta atitude, com um claro caráter de injustiça, veio confirmar

aos trabalhadores rurais o quanto é fundamental a sua organização e união. Pois só assim a vitória na luta política pela terra será alcançada.

Pela soberania nacional

O último dia de manifestações teve início com uma concentração dos lavradores em frente à Catedral de Brasília, para de lá seguirem em passeata até à embaixada norte-americana. Foram, porém, cercados por uma força policial, o que os obrigou a uma negociação. Esta resultou na ida à embaixada de uma comissão, com representantes das entidades organizadoras, para entregar um documento de repúdio ao intervencionismo (político, econômico e cultural) dos Estados Unidos, afirmando a soberania da nação em suas questões internas. Enquanto isso, os trabalhadores rurais retidos na catedral deram continuidade à manifestação. Assim que a comissão retornou foi feito um relato do ocorrido na embaixada e a caravana dirigiu-se para o Congresso Nacional. A comissão foi recebida pelo presidente da Assembléia Constituinte, Ulysses Guimarães. Foi entregue a ele um ofício com cópias de todos os documentos distribuídos em Brasília. As lideranças da CUT, Contag, CPT e MTRST pronunciaram-se reprovando o modo como a Constituição está sendo feita e afirmando a não disposição de cumprir uma lei “que está sendo elaborada às costas dos interesses populares”. Cobrou-se de Ulysses Guimarães que ele, na condição de líder e parlamentar, não compactue com esta situação e faça efetivamente algo para reverter-lá.

O deputado se prontificou a falar com o relator e as lideranças parlamentares sobre a visita a ele feita e os documentos entregues, mas afirmou que, quanto à reforma agrária, ainda não se chegou a um entendimento e que ela “será decidida no voto”.

Já era noite quando os 10 mil lavradores concentrados em frente ao Congresso encerraram as manifestações. Mais tarde, iniciaram a volta a seus respectivos estados, com o consenso de que a caravana constituiu-se num importante marco da luta pela terra.



Polícia impediu manifestação diante da embaixada dos Estados Unidos.



Lula (ao lado Jair Meneguelli e Avelino Ganzer): "Podem contar com o PT".

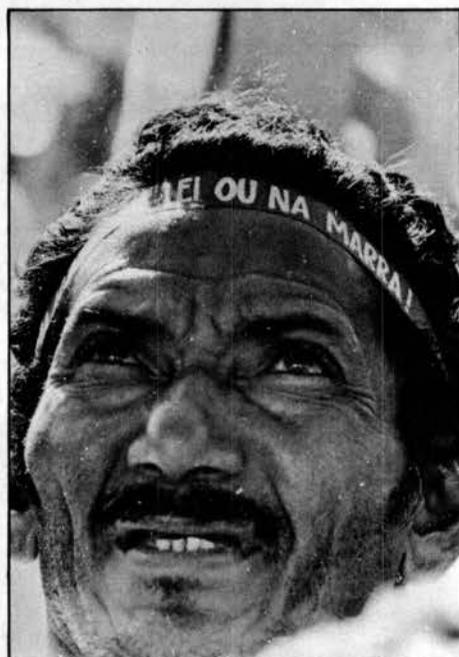
Os constituintes e a reforma agrária

A manhã do segundo dia de manifestações em Brasília foi chuvosa. Os trabalhadores rurais permaneceram no parque público onde estavam acampados. Debaixo de chuva, Luiz Inácio Lula da Silva, líder do PT na Constituinte, discursou. Foi um momento marcado tanto pelo entusiasmo, quanto pela dura constatação de que "a situação para a classe trabalhadora dentro do Congresso Constituinte é desfavorável (...) nós somos poucos aí". Se, por um lado, o quadro exposto não inspira otimismo, por outro lado, ele foi invocado como um dos motivos principais porque os trabalhadores não devem perder de vista a realidade política, em especial na hora de dar o seu voto, e porque devem pressionar continuamente os constituintes eleitos em seus estados. Para quem luta pela terra é preciso ter claro que "a reforma agrária não será dádiva do governo" e que esta luta não está restrita ao âmbito da lei. Sendo sobretudo uma questão de "vontade política", coisa que o governo não tem demonstrado, a organização dos trabalhadores é de crucial importância.

Lula alertou para o fato de que "a reforma agrária também precisa convencer os trabalhadores urbanos", pois só a articulação campo/cidade pode trazer resultados políticos efetivos à luta da classe trabalhadora. Encerrou seu pronunciamento solidarizando-se com os lavradores: "Vocês sabem que podem contar com o PT".

O deputado petista, Plínio de Arruda Sampaio, se viu "intimidado" a tirar, como ele mesmo definiu, o seu "uniforme de deputado", a gravata. Em seu discurso, atentou para o fato de que a luta pela reforma agrária "vai ter que ser dada também no parlamento". Em uma rápida entrevista concedida posteriormente, o deputado reconheceu que a reforma agrária almejada pelos trabalhadores rurais dificilmente será aprovada, mas que, avaliando a aprovação de alguns dos direitos sociais do trabalhador pela Comissão de Sistematização, talvez possa-se concluir que esta não parece estar disposta a entrar em confronto direto com os interesses dos trabalhadores. Esta posição é compartilhada pelo deputado paraense Ademir Andrade (MUP/PMDB): "É possível que em alguma coisa se avance, e eu não creio que irá ficar pior do que está". Para ele não é possível prever o modo como transcorrerá a votação no plenário: "A Assembléia Constituinte é muito sensível à pressão popular". No entanto, há que se considerar que a UDR exerceu também muita pressão. O deputado observou que os trabalhadores devem estar mais atentos, já que a UDR aparece como defensora dos pequenos e médios produtores rurais.

Para Ademir Andrade, a Caravana pela Reforma Agrária foi extremamente importante. Ele acredita que, se a pressão continuar, muitos votos ainda poderão ser mudados. Na opinião de Plínio de Arruda Sampaio, é difícil dizer como a caravana repercutiu dentro da Assembléia Constituinte, mas é certo que ela injetou ânimo nos constituintes que vêm lutando pelas causas da classe trabalhadora.



Um grito de alerta em Brasília: reforma agrária já!

Um ano de mobilização

A Caravana Nacional pela Reforma Agrária retratou as principais questões que hoje se colocam para os trabalhadores rurais: a política agrícola, o processo de implantação da reforma agrária (desapropriações e assentamentos) e a violência no campo. Foi em torno delas também que o movimento camponês durante o ano de 1987 se organizou, se mobilizou e promoveu manifestações por todo país, buscando garantir seus direitos na futura Constituição.

Em março, por um período de três dias, aproximadamente 500 mil lavradores do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Mato Grosso do Sul bloquearam estradas de escoamento da produção agrícola e impediram o funcionamento de diversos bancos. Estas pressões tinham um objetivo comum: repúdio à política agrícola desenvolvida pelo governo. Também neste sentido — e por outras questões como eleições diretas, salários justos etc. — grande número de trabalhadores rurais se mobilizou pela greve geral de 20 de agosto.

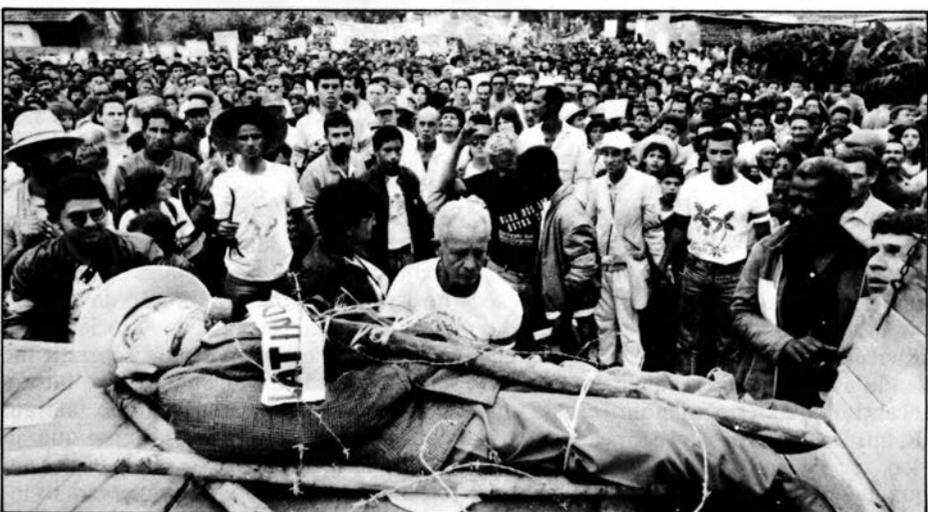
A luta pela reforma agrária, através de inúmeras formas de atuação e pressão, foi ininterrupta no decorrer do ano. Ocupações foram realizadas em diversos estados. As mais recentes, em outubro, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. No primeiro estado, cinco áreas foram simultaneamente ocupadas por mais de cem famílias e, no segundo, quase 3 mil famílias ocuparam três áreas na região oeste do estado. A emenda popular pela reforma agrária, assinada por dezoito entidades e organizações de trabalhadores, que recebeu 1,6 milhões de assinaturas, e a emenda pelos direitos do trabalhador (974 mil assinaturas), representaram instrumentos de pressão contendo as principais reivindicações dos trabalhadores, tanto do campo quanto da cidade. No Rio de Janeiro, a Romaria — Caminhada da Terra, realizada em setembro no Mutirão da Paz, reuniu mais de 15 mil pessoas que se manifestaram a favor de uma reforma agrária que atenda aos interesses dos trabalhadores rurais.

O movimento sindical, criando e organizando sindicatos a partir das bases, orientou-se no sentido da capacitação de lideranças, conquista de sindicatos, procurando torná-los representativos, e da articulação da classe trabalhadora, buscando a unificação de bandeiras de luta. As greves marcaram o ano. Na área rural, as dos canavieiros, seja no sul ou no nordeste, foram mais um passo na luta dos assalariados rurais.

O ano de 1987 deixou profundas cicatrizes no campo pela violência que o caracterizou. Ameaças de morte a lideranças camponesas, a religiosos, advogados e agentes pastorais foram cotidianas, sendo muitas delas consumadas. Nunca na história agrária do Brasil foram registrados tantos despejos, prisões e torturas de trabalhadores. O movimento camponês e as entidades também envolvidas com a questão da terra denunciaram no decorrer de todo o ano estas ações, em especial, a atuação impune da UDR através de suas milícias privadas. Já no começo do ano, em abril, foi realizada em Con-



Conceição do Araguaia: 5 mil lavradores no ato contra a violência no campo.



Rio de Janeiro: 15 mil no enterro do latifúndio durante a romaria da terra.



Brasília: 10 mil trabalhadores rurais de todo o país exigem reforma agrária.

ceição do Araguaia, região do sul do Pará, conhecida pela violência dos conflitos fundiários, uma manifestação contra a violência no campo e a favor da reforma agrária. Este ato reuniu mais de 5 mil pessoas, algumas vindas de locais distantes até 60 km, e contou com a presença dos deputados federais Luiz Inácio Lula da Silva, Benedita da Silva e Ademar Andrade, e do deputado estadual Valdir Ganzer, além de

inúmeras lideranças camponesas, representantes de entidades de apoio e movimentos populares.

Mariana Pantoja é integrante do Programa "Movimento Camponês/Igrejas" do CEDI. **João Roberto Ripper** é reporter fotográfico e colaborador do Programa "Movimento Camponês/Igrejas" do CEDI.

O avanço dos movimentos populares

Frei Betto



João Roberto Ripper

Nos últimos anos cresceram as lutas populares em todo o país, em função de um modelo econômico montado em cima da superexploração da força de trabalho dos assalariados e de um modelo político que exclui a participação popular em todos os níveis. Diante desta situação, os trabalhadores vêm se organizando no campo e na cidade para reivindicar moradia, terra, atendimento de saúde, infraestrutura urbana e saneamento básico, creche, escola para todos e de boa qualidade, enfim tudo aquilo que possa garantir melhores condições de vida para a classe trabalhadora.

Nessa caminhada multiplicaram-se, em todos os cantos do país, grupos, comissões, entidades e associações de moradores. Observa-se no entanto que, apesar do seu crescimento numérico, e da riqueza da experiência dessas organizações, os movimentos populares não têm conseguido avançar na sua unificação (em torno de bandeiras de luta comum) e articulação e, portanto, não conseguem ter uma expressão política significativa à nível regional e nacional. Esta realidade se torna particularmente prejudicial ao avanço desses movimentos na medida em que a estratégia da velha "Nova República" aproveitasse desta situação e procura, através de distintas táticas de manipulação e cooptação, impedir o crescimento autônomo dos movimentos populares, além de continuar sistematicamente não atendendo às suas reivindicações.

Embora concordando, em termos do diagnóstico, até o ano passado alguns companheiros, dentro da Anampos (Arti-

culação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais), defendiam a idéia de que se deveria tentar articular o movimento popular à nível nacional através de uma ação conjunta dos seus setores mais combativos, no sentido de tomar a direção da Conam (Confederação Nacional de Associações de Moradores) e, a partir daí, imprimir-lhe um novo caráter. Mais uma vez os fatos e a prática de tentar esse caminho falaram com mais força do que a análise que, já àquela altura, fazia-se de que este não era o caminho. A Conam não representa os interesses, a diversidade e a combatividade dos movimentos populares que vêm se organizando em todo o país. Dominada e dirigida basicamente pelas forças políticas que dão sustentação à "Nova República", a Conam, tanto na sua estruturação, como na sua prática (antidemocrática e eleitoral), tem funcionado de fato como "braço da Nova República", na tentativa de legitimar, junto às organizações populares, a política de desmobilização, cooperação e atrelamento destas ao governo.

Importante e significativa foi a decisão da Famerj (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro) de, em carta pública, comunicar a sua desfiliação da Conam por não reconhecer a representatividade da entidade e discordar dos seus métodos de atuação. Na mesma carta, a Famerj conclama outras entidades e movimentos a se unirem em torno de uma proposta de articulação dos movimentos populares.

No último Encontro Nacional da Anampos, realizado de 25 a 27 de setem-

bro, no Rio de Janeiro, houve consenso de que os setores combativos do movimento popular devem construir uma entidade de massas, democrática e autônoma que possa, de fato, representar os verdadeiros interesses e fazer avançar a unificação de lutas e articulação dos movimentos populares.

Para garantir esses princípios na construção desta futura entidade, acredita-se que ela deva surgir a partir de um amplo processo de discussão e mobilização das diferentes lutas, setores e entidades dos movimentos populares. Para isso decidiu-se que, a partir deste momento, a Anampos, que até hoje era uma articulação de pessoas, passará a congregar entidades e movimentos, sem excluir a participação individual de companheiros identificados com sua proposta.

Além disso, acreditamos que a definição mais clara acerca do processo de construção, das características, estruturação e forma de funcionamento dessa entidade nacional deve ser fruto desse processo, a ser desenvolvido durante 1988. No primeiro semestre de 1989, a Anampos convocará um novo encontro nacional, com todos os movimentos e pessoas que participarem desta discussão, para fazer uma avaliação do processo e decidir sobre os próximos passos a serem dados. Até lá pretende-se intensificar e ampliar os encontros e seminários nos municípios, estados e regiões para aprofundar a discussão da proposta. Alguns municípios já iniciaram essa discussão, como é o caso de Campinas (SP), que criou uma comissão pró-Central dos Movimentos Populares.

A Anampos, criada em 1980, em João Monlevade, e que contribuiu decisivamente à construção da CUT (Central Única dos Trabalhadores), conclama a todos os companheiros comprometidos e interessados em fazer avançar o movimento popular no nosso país a participarem e contribuirem na construção de uma Central dos Movimentos Populares. Trata-se de um importante passo no processo de acumulação de forças das classes populares rumo à libertação do Brasil.

"Quem sabe faz a hora, não espera acontecer".

Frei Betto é assessor nacional da Anampos.

Somar esperanças para uma nova realidade

D. Paulo Evaristo Arns

Povo com fome. Famílias, sem casa nem lar. Escolas, até sem carteiras. Política, sem rumo.

Com 23 anos e meio de "seca", sobrou pouco verde, para "um heróico brado de esperança".

Cuidado com essa conclusão. Poderia ser precipitada. Já nos esquecemos de fatos recentes?

Não foi o povo que conquistou a anistia e trouxe de volta uns 10 mil exilados?

E os operários? Cercados por carros blindados, cães amestrados e tropas de choque, deram um dos maiores "shows" da história brasileira. Com crianças e mulheres oferecendo flores, afrouxaram a lei das greves, importada do fascismo italiano pelo ditador Vargas. Duas ditaduras caíram ao perfume da proclamação da liberdade sindical, mesmo incompleta.

Mas, deixemos as esperanças de ontem, que foram muitas, para chegarmos às de hoje.

Toda a crise nos aproxima do caos ou nos força a abrir novos caminhos.

A luta pelos salários deve aquecer a produção, como foi na hora em que se decretou pela primeira vez no Brasil o salário mínimo, aliás, três ou quatro vezes superior ao atual. Dizia-se então que seria a ruína do país. O resultado, porém, revelou-se mais positivo do que se podia imaginar.

Povo na periferia. No começo, considerado perigoso. Foi ele que levantou a cidade.

Meninos nas ruas? Amanhã, serão crianças desejadas.

Ensino atabalhoado? Por que não usar novos métodos?

O Brasil tem espaço e coração para a esperança.

Só faltam duas coisas: a honestidade e a coragem de dizer "sim" ou "não", na hora certa.

Quem esperou séculos, adquiriu a teimosia de somar esperanças, que produzem realidades novas e duradouras.

Jamais, sem Deus e sem Jesus. É neles que as comunidades abastecem todos os setores da vida.

Aliás, a mina da autêntica esperança está sendo descoberta. É o apoio da comunidade despertada pela fé e unida na solidariedade mais ampla e segura. Quem passou da prática individualista para a comunitária sabe onde mora a esperança de hoje e de amanhã.

D. Paulo Evaristo Arns é o cardeal-arcebispo da Arquidiocese de São Paulo.

Teimosa esperança

José Lima

**Quem tem ouvidos para ouvir, ouça!
Pior cego é quem não quer ver!
Falou e disse!**

Estes e tantos outros ditados expressam a sabedoria popular que reconhece não bastar a faculdade dos sentidos para haver densidade significativa. Em termos psico-sociais, quem apenas escuta, olha e fala pode reagir como alguém que simplesmente espelha e não reflete com autenticidade crítica; como alguém que meramente responde do jeito que convém à força do estímulo manipulador; como alguém que tão somente obedece.

A obediência é essa terrível maneira de se abrir mão da liberdade-e-responsabilidade de estar no mundo. Obedecer é um escutar-sob, um olhar(-se) como objeto, um não-ser-sujeito do falar a própria palavra. Obedecer é esse modo lamentável de se ficar surdo (escutando sem ouvir), cego (olhando sem ver) e mudo (falando sem dizer) em plena história.

O contrário da obediência não é a desobediência. Desobedecer é reconhecer verdade naquilo que quebra. É reforçar o poder de dominação. Desobedecer é o mesmo que se acusar. É assumir a condição de surdez, cegueira e mudez. Obedecer/desobedecer é o binômio pendular que atualiza a possibilidade dos corpos ainda ingênuos, dos corpos ainda marginalmente presos a um pólo que lhes nega a dignidade do risco.

O contrário de obediência é a teimosia. Essa, sim, por sua insistência, acusa de engano a pretendida verdade. Ouvir com os próprios ouvidos, ver com os próprios olhos, dizer com a própria boca: eis a teimosia.

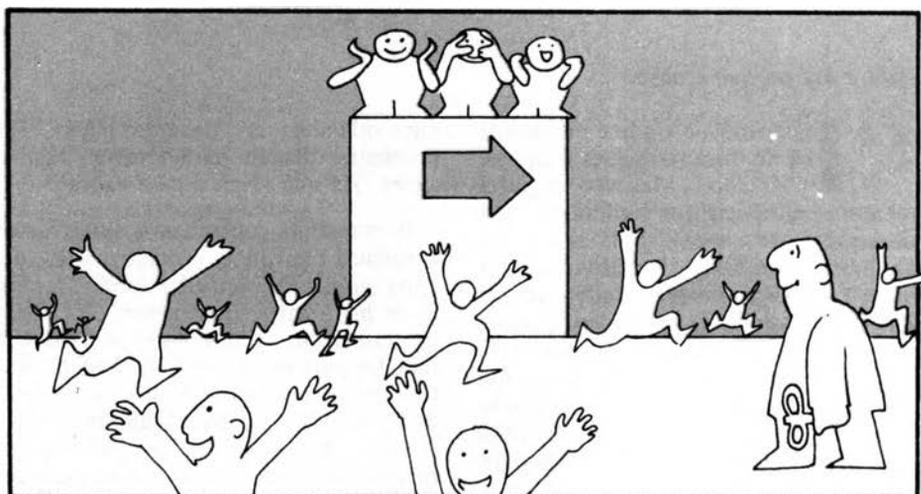
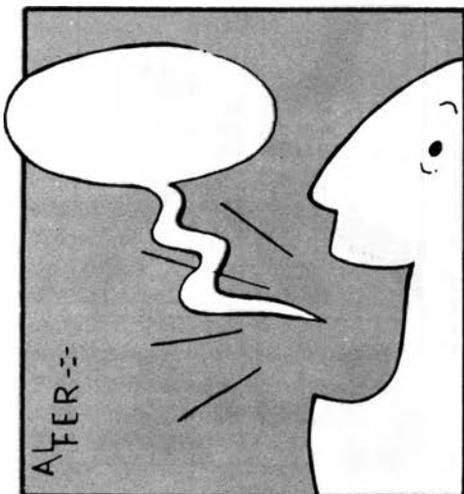
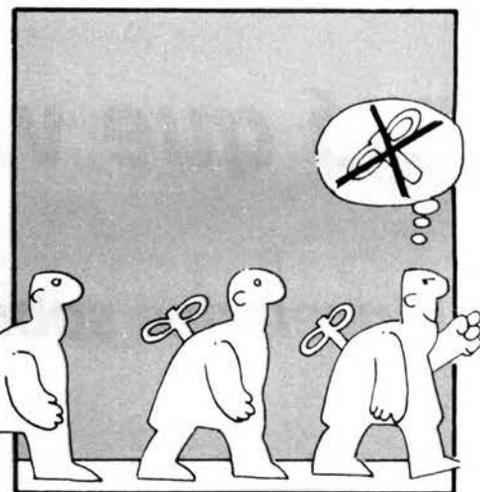
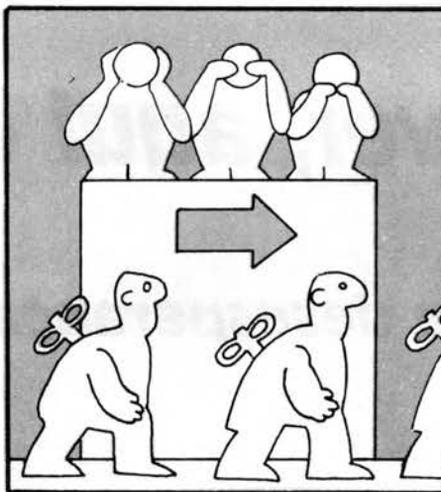
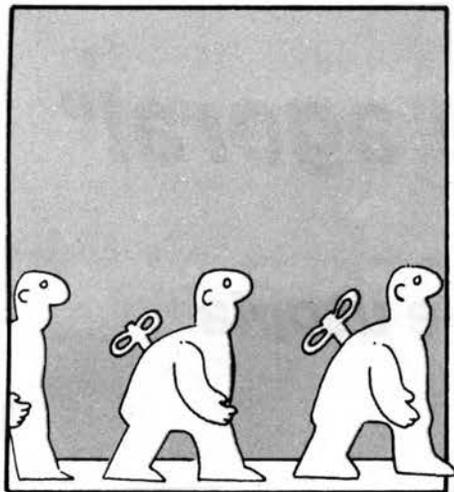
E como cada percepção tem a eterna duração do enquanto, ouvir, ver e dizer não cabem nem preenchem espaços de obediência/desobediência. A obediência torna o corpo dócil e útil. A desobediência é vigiada e punida. A teimosia liberta o corpo para enfrentar a angústia da crise — essa complexa oportunidade para discernir (ouvindo, vendo, dizendo).

Só a teimosia exercita a esperança. A obediência não tem como transcender o dado, o imposto com seus fascínios e ameaças. Só a teimosia espera-em-ação o ainda-não. Só a teimosia espera a utopia. Esperança.

Amigada com a responsabilidade e beijando a liberdade, a teimosia é esse ensaio de maturidade (... talvez mais genuína, não tão postiça, meio anárquica) da consciência ciente de sua precariedade, provisoriedade e possibilidade. A teimosia sempre está inacabada, é sem fim... É esperança de.

Contudo, a "esperança" que aguarda passivamente promessas e projetos de ocasião, deixa febril e insano o corpo. É a esperancite já diagnosticada e prescrita por Vandrê que receitava: "Vem, vamos embora, que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer". Essa "esperança" inflamatória põe água fria na fervura do novo... É uma "esperança" caduca, vítima de "antigas lições" de morrer por nada e viver sem nada, supondo tudo.

Também tem aquela outra "esperança" que, não conseguindo ser teimosa, numa desavisada e temerária porralouquice comete desvarios inconseqüentes, associando-se aos ativismos sublimatórios. É a esperançoide que, ao cabo, se degenera numa infeliz masturbação histórica. Sobra cansaço, flacidez e torpor. A esperançoide grita a novidade porque teme o silêncio do novo.



Compra e cumpre, à esquerda, os modismos do figurino da direita. Não corta. Ao rasgar traz os trapos do velho. Não salta. Ao conduzir repassa o centralismo travestido de messianidades sem charme, sem graça. Não entusiasma. Ao racionalizar a objetividade reprime o divino do desejo.

A esperança teimosa articula a simplicidade (sem simplismos) das pombas com a sagacidade (sem chaguismos) das serpentes. Dentro do covil chamado BR-U\$-IL, teimosamente a esperança anima um povo ar-tesão de demorados e decisivos azorragues.

A teimosa esperança testemunha a reencarnação dos fluídos de justiça e alegria de inúmeros companheiros desaparecidos, torturados e mortos. É uma saudade que justifica a entrada no Reino-em-construção. A teimosa esperança prepara a liturgia de uma celebração sem remorsos porvir.

A esperança teimosa tem medo do desespero. Ela se sabe frágil. Conhece seus limites. É a última que morre (e, por isso, respeita solidariamente o suicídio). Convive com a morte. Morre a cada dia. Renasce a cada sonho.

A teimosa esperança co-nota dissonâncias nas sinfonias das esquinas... ouve o desconcerto (desafinos/desafios): carros brancos sinais vermelhos e pixotes verdes ... amarelando emoções van-goghianas.

A teimosa esperança apesar dos pesares apesar dos fardos, das fardas, das farsas... vê o vento bulir e bailar folhagens que ocultam-e-revelam azeitonas e uvas, leite e mel, barracas e praças, pão e deuses.

A teimosa esperança cotidianamente com tédio não mente e diz que ainda existe ainda.

José Lima é filósofo e professor da Unimep

"Há que viver, aqui e agora!"

Pinceladas sobre desesperança e utopia

João Guilherme Bihel

Para a Rô, porque é paixão...

Independência que é minha força, implica na minha fraqueza, e solidão... Mas são os direitos a uma existência que continuarão sendo sempre afirmados!" Pois este é Pier Paolo Pasolini, nascido em Bolonha, Itália, a 5 de março de 1922. Independente, solitário, desesperançado, cínico. E por isso mesmo extremamente engajado na construção de uma utopia universal, que pleiteava nada menos do que uma humanidade livre. "Falo — sei bem — como utópico. Mas ou somos utópicos ou desapareceremos."

Como poucos neste século, Pasolini soube fazer de seus rabiscos, poesias, imagens cinematográficas, de suas ações escandalosas, envolvimento em ações populares, enfim, de toda sua viva vida, uma denúncia da moderna sociedade capitalista. E, é claro, também um anúncio de que algo novo deveria e poderia ser possível — ainda que de imediato somente no nível da conscientização e do plano relacional — a fim de que o máximo de veneno possível fosse expulso de nossas fábricas, ruas, ares, escolas, corpos, telas e mares. A liberdade total, interestelar, sua razão última. "Então, que sentido tem viver, se não formos fiéis, de modo desesperado e talvez mesmo obtuso, à primeira e grosseira idéia de liberdade que, quando somos jovens, nos impele a agir?"

Cedo, muito cedo, deixou os provincialismos de lado. Encarou o des-encanto das revoluções comunistas, dos desorganizados movimentos operários e dos modismos estudantis. Daí lhe restou retrabalhar a *esperança de uma sociedade igualitária*, mediada pela luta de classes, *como utopia*, como horizonte a iluminar a concreta e local ação presente. Jamais mera reação. Ou, então, acomodação. Puro en-canto por

mais vida nesta terra de tantos males. "Há problemas demais para resolver, aqui e agora. Há que viver, aqui e agora!"

E enquanto concretizava sinais desta existência mais livre, o mago criador de, entre outros, *O Evangelho de São Mateus*, *Teorema*, *Pocilga*, *Decameron*, *Os Contos de Canterbury*, tinha olhos para ouvir e ouvidos para ver os sinais da chegada destes tempos bestiais, atômicos, ou "bicudos", como diz o mestre Quintana. Nesse sentido, a ameaça de um apocalipse do Capital visitava freqüentemente sua percepção dos rumos da história.

É evidente que se tornou perigoso a todos os "podres poderes" constituídos. Desde os políticos, econômicos, sociais aos religiosos. O profeta foi feito herege, louco. "Fogueira ao bruxo!", urrava a endoidecida ordem dominante. Processos criminais, censuras, linchamentos e por aí a fora. A repressão correu solta. Dizia Pier Paolo: "Pois saibam que eu vivi o fascismo em meu corpo!" E a 2 de novembro — ironicamente o dia de Finados — de 1975 foi finalmente assassinado. Pensaram que a morte seria capaz de calar sua vida, seu protesto de amargura (amor cura!), suas cantigas de liberdade em utopia. Só que esqueceram, como canta Holy Near, que "você pode matar um homem, mas não a sua canção, quando ela for cantada em todo o mundo!"

Pintando liberdade

Foi impossível não me lembrar das canções de Pasolini, enquanto eu lia a visão de Apocalipse 7,9-17, procurando inspiração para falar de utopia, nestes dias em que não sabemos ao certo "o que fizeram



com nossa fé" e em que "esperança é como sorvete ao sol", como canta Milton Nascimento. Por detrás deste texto apocalíptico está uma comunidade cristã que em muitos aspectos paraleliza a vida deste criador, artista, artesão, que bem sabia que o destino do seu rugido era "durar além de todo fim possível". Pois vejam só. Esta comunidade joanina (distinta de outras comunidades cristãs primitivas com estruturas piramidais/hierárquicas, que talvez estivessem sob liderança e influência petrina) reunia a marginalia daquela sociedade fundada sobre o imperialismo romano e suas faces escravocratas e patriarcais. Lá

havia espaço para crianças, mulheres, escravos, empobrecidos. Para todas estas pessoas que no dia a dia deviam obediência incondicional ao “pater familias”, isto é, ao pai, patrão, marido, imperador. E dentro dessa comunidade experimentavam uma nova forma de relacionamento, de cores e sons mais igualitários e fraternos. É que em Cristo não podia haver discriminação entre judeu e grego, escravo e libertado, nem entre homem e mulher (Gl 3,27).

É claro que, pouco a pouco, foram se tornando críticos às castradoras estruturas de morte circundantes. E a exemplo de Pasolini, projetavam nas suas palavras, símbolos e práticas alternativas a destruição da besta com seus tentáculos de dominação. A adoração, cantava aquele grupo, não era mais ao imperador e seus estados de corrupção, mas sim àquele profeta galileu que ousou fazer do amor ao

mória histórica. Quem sabe coisas daquela desesperança do Pasolini...

Enxugando lágrimas

E arrisco a suspeitar de que devido a este contexto de tanta desestruturação é que a comunidade joanina ousou enunciar sua utopia. Não ópio, mas sim utopia! Não a trouxeram impositivamente de fora para dentro. Mas a construíram ali, em meio às experiências de desolação e sofrimento. Não fecharam os olhos ao cotidiano. Porque na verdade queriam recriá-lo — e o mundo todo se possível fosse — pelo toque, pelo repartir, pela dança etc. Daí temos a visão de Ap 7,9-17.

O povo de Deus, que veio da opressão no Egito e que passou pelo jugo de inúmeros impérios, não é mais igual a determinado grupo étnico. Pelo contrário, é uma grande multidão, vinda de todas as nações, tribos, povos e línguas. O que torna as pessoas participantes desta multidão não são laços sanguíneos, nem tampouco a monologal repetição de determinadas absolutas verdades. Mas sim o mesmo comprometimento com a construção de novos céus e nova terra em meio aos ares e chãos brasileiros. O que, segundo a comunidade joanina, já era viável no canto, na celebração, na liturgia. Em tudo que energiza, dá força, anima a caminhada. “Com palmas nas mãos, clamavam em grande voz dizendo: ‘Ao nosso Deus que se assenta no trono, e ao cordeiro, pertence a salvação!’” E esta celebração não acontece descontextualizadamente. O canto de paz por justiça está comprometido em pôr fim à tribulação (7,14), em cessar com a fome, sede e todos ardores (7,16). Acontece quando todos e todas não mais somente sobre-vivem, mas bebem das fontes da água da vida (7,17). “E Deus lhes enxugará dos olhos toda lágrima”. O trono não mais estará nas mãos de Neros, Domicianos, e outros matadores. O povo estará no poder. E o cordeiro “estenderá sobre eles o seu tabernáculo”... Tudo isso na ecumênica e universal proposta de Reino de Deus, cantada pela comunidade joanina.

Só que proferir, celebrar, praticar momentos desta utopia não foi tarefa fácil não. Naquele 1º século, Roma reprimiu, torturou, queimou, crucificou esta marginalia subversiva como pôde. Também matou assim Pasolini, em 1975. Mas não houve morte — a exemplo do que aconteceu com Jesus — que conseguisse trucidar a visão de liberdade, de uma nova vida de igual para igual, que motivava esses mártires. Daí que da desesperança foi gestada utopia. Da utopia veio a resistência e amores ainda maiores ao cotidiano. A represen-

tação sedimentou essa crescente força, criatividade e, quem sabe, a própria reconquista da fé de que além do pão, vivemos por paixão, graça e dança...

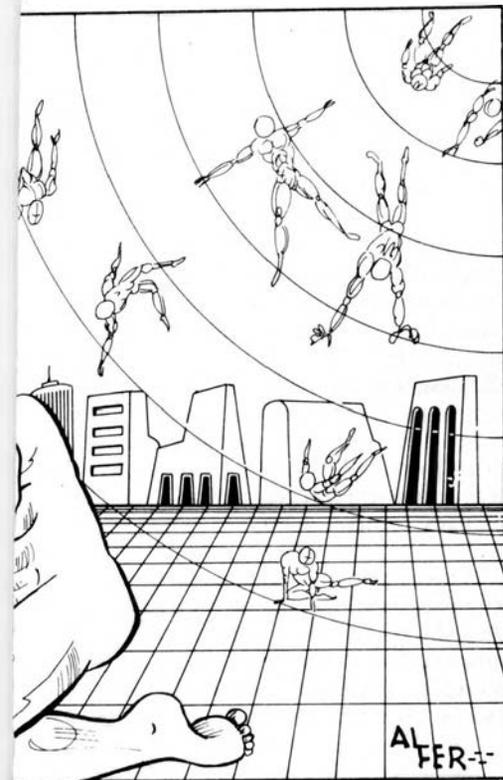
“Mais do que pedra”

E quando, como agora — em meio a este grande pesadelo verde brasilim — os ombros parecem suportar o mundo todo, vale lembrar e reacordar a sabedoria de Drummond: “Alguns, achando bárbaro o espetáculo, preferiram (os delicados) morrer. Chegou um tempo em que não adianta morrer. Chegou um tempo em que a vida é uma ordem. A vida apenas, sem mistificação”. É, pois, por aí que está a ponte a conectar a visão da comunidade joanina, a vida de Pasolini, os ensinamentos de Jesus e nós aqui.

Em meio a tanta desesperança o desafio continua sendo *utopizar*. Não fugir deste chão tão repleto de cães raivosos. Mas sim expulsá-los, des-cobrir e construindo pedaços de céu já aqui na terra. Cientes dos sintomas e causas da morte rondante vamos ousar continuar o mutirão do Reino onde “paz e fartura brotem das mãos!” E desde sempre não houve força que conseguisse deter esse sonho que continua acontecendo na participação junto aos movimentos populares, no abrir os braços em abraços, na tentativa de criação de comunidades eclesiais alternativas, na luta por independência e liberdade e assim por diante...

Mas pulsa muito forte o que a Margarina Áluger poetiza: “Vadeamos uma longa treva, passamos pelas balas em crivo. Você dizia: Somos de pedra. É mais do que pedra. Estamos vivos!” Utopia caminha assim. Sim. Em meio às balas e aos conflitos arriscar ser mais do que pedra. E não morrer. Estar vivos e cantar. Juntos repartindo o pão, o desejo, a desesperança e os restos de força, haveremos de aprender a enxugar as lágrimas uns dos outros. E Deus, que é ação, verbo presente, haverá de continuar, apesar de tudo, fazendo e acontecendo nesta luta pela “cidade sempre ensolarada, os meninos na praça e o povo no poder”. E que bom poder ainda cantar e dançar comigo, contigo, conosco... Com o Milton e os ritmos e poesias de todos os tempos e espaços... “Assim dizendo a minha utopia eu vou levando a vida, eu vou viver bem melhor, doído pra ver o meu sonho teimoso um dia se realizar!”

João Guilherme Biehl, teólogo e jornalista, é pastor luterano em São Sepé (RS). Autor de *De igual para igual — um diálogo crítico entre a teologia da libertação e as teologias negra, feminista e pacifista* (Vozes) e *Tudo a Ver — uma viagem sem roteiros pela América do Sul* (Sinodal).



próximo e a si mesmo o desafio máximo da existência. Quer dizer, era o Evangelho e não poderes autoritários que seriam capazes de transformar a sociedade. Em última instância, aqueles primeiros cristãos e cristãs queriam pintar todo mundo com as cores libertárias de seu contexto eclesial. E certamente por tudo isso a perseguição também corria solta. Tanto por parte da inquisição imperial, quanto da sinagoga e da eclesiástica de matiz já oficial. Essa repressão externa também desestruturava a vivência comunitária. Daí apareciam aquelas eternas disputas de poder, cansaço, desânimo, rotina e mesmo falta de me-

A comunidade da esperança

Reflexões bíblicas sobre a natureza e missão da Igreja

Rubem Alves

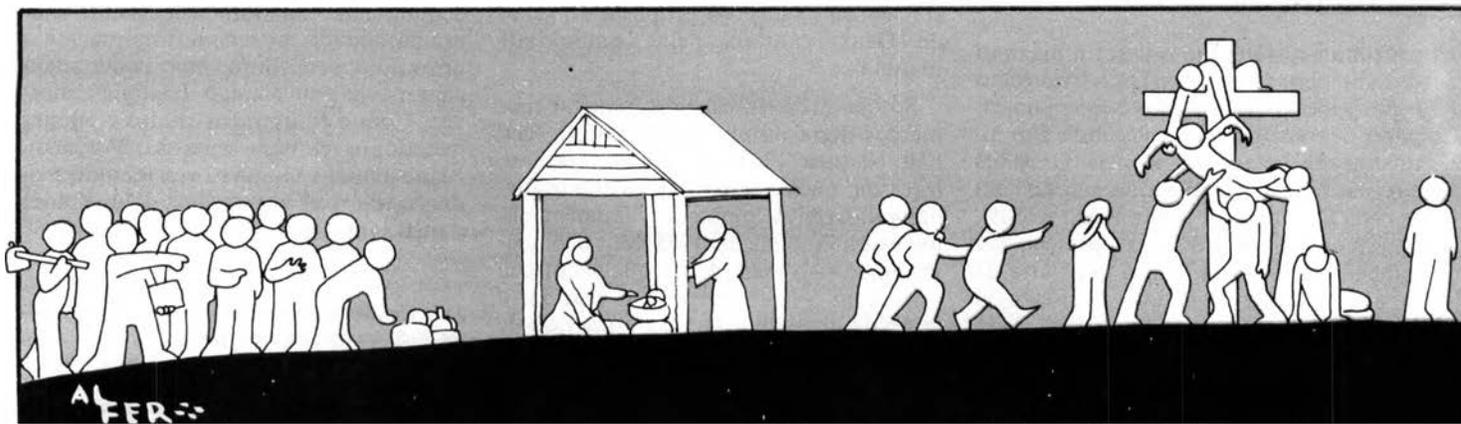
Paulo usa uma figura de rara beleza e conteúdo simbólico para descrever a história de que participamos. “Sabemos”, diz ele, “que toda a criação geme a um só tempo e até agora tem estado em dores de parto. E não somente ela, mas também nós, que já provamos os primeiros frutos do Espírito, igualmente gememos em nosso íntimo, aguardando a adoção de filhos, a redenção de nosso corpo. Porque em esperança fomos salvos” (Rm 8,22-24). Encontramos aqui o que poderíamos chamar uma teologia da história, ou seja, uma visão da história de que participamos, quando vista da perspectiva do passado da comunidade da fé. De acordo com o apóstolo, vi-

vemos num mundo que foi engravidado pela atividade do Espírito Santo. No seu seio uma nova realidade está tomando forma ante os nossos olhos extasiados. Não se trata de um mundo estéril, seco, acabado, abandonado por Deus à sua própria sorte. Ao contrário: ele é a morada do Espírito que nele penetra para gerá-lo de novo. Como se, a cada momento, o milagre da criação se repetisse, e as forças do caos e da morte fossem conquistadas pela determinação divina: Haja vida.

Paulo indica que a experiência da fé implica em provar, antecipadamente, “os primeiros frutos” (8,23, as “primícias”) des-

te futuro novo que está sendo gerado. Como se Deus nos permitisse sentir, no presente, o gosto bom do “aperitivo” deste amanhã. O que significa que a nossa razão descobre uma forma radicalmente diferente de experimentar o mundo: agora ela o vê sob a luz da “esperança” e, conseqüentemente o presente é apreendido em termos das exigências éticas que esta esperança contém (8,23).

É necessário notar que para o apóstolo a esperança é o tema central da sinfonia de gemidos que a criação, os homens e o próprio Deus entoam em uníssono. Geme a criação, gememos nós, geme o Espírito (8,26). Através do gemido universal



articula-se o protesto divino e humano contra o mundo tal como ele é. Há lágrimas que precisam ser enxutas, feridas que precisam ser curadas, instrumentos de injustiça e opressão que devem ser quebrados para que o homem venha a usufruir a sua filiação divina, a “redenção do corpo”. Não é sofrimento nascido da angústia, como sugere uma tradução do texto. Angústia é dor sem esperança. Ao contrário, o sofrimento das dores de parto mistura-se com o sorriso que nasce da certeza de que algo novo está por nascer.

Esperança para a América Latina

É impressionante a semelhança entre a descrição de Paulo e o clima de esperança que nasceu em nosso continente. Durante muitos anos, a América Latina permaneceu silenciosa. Muito embora os homens sofressem, sua dor não era dinamizada pela esperança: não se abria para o futuro mas fechava-se no desespero. O índio, o negro, o branco, o mestiço se uniam no silêncio de sua dor, trabalhando nas minas, nas plantações de café, de cana de açúcar, enfrentando a agonia de uma vida sem futuro e de um futuro sem esperança de vida, devorados pela seca, pelas enfermidades, transformados em nômades, deixando os campos em que morriam para encontrar nas cidades novas formas de sofrimento, vendo morrer seus filhos na impotência de sua pobreza. Seu destino: nascer por acidente, viver nas fronteiras entre a vida e a morte e morrer no abandono. Teológica e bíblicamente em cada homem que sofria e morria, Cristo sofria e morria também (Mt 25,35-40).

Entretanto, no vale de ossos secos o Espírito soprou a vida (Ez 37). Nos homens dantes sem esperança brotou a determinação de viver. Começaram a caminhar, movidos pela visão das coisas invisíveis, pela esperança de que, no futuro que ainda não existia, haveriam de poder criar uma “terra

que emana leite e mel”, em que o jugo que sobre eles pesava seria destruído (Is 9,4), e na qual juízo e justiça seriam estabelecidos para sempre (Is 9,7). Compreenderam existencialmente que o sofrimento não era da vontade de Deus. Ao contrário: o propósito divino era a “redenção de seu corpo” (8,23), a transformação das areias esbraseadas em lagos e da terra sedenta em mananciais de águas (Is 35,7), a criação de um mundo de abundância para os humildes e famintos (Lc 1,52-53). A face deste homem se transfigurou. Se antes ele era como uma pedra inerte, agora a esperança e a determinação de viver o transformaram numa flecha que voa. E o presente, dantes sua prisão, passou a ser o arco que a atividade divina e a obediência humana entesam para arremessar a flecha.

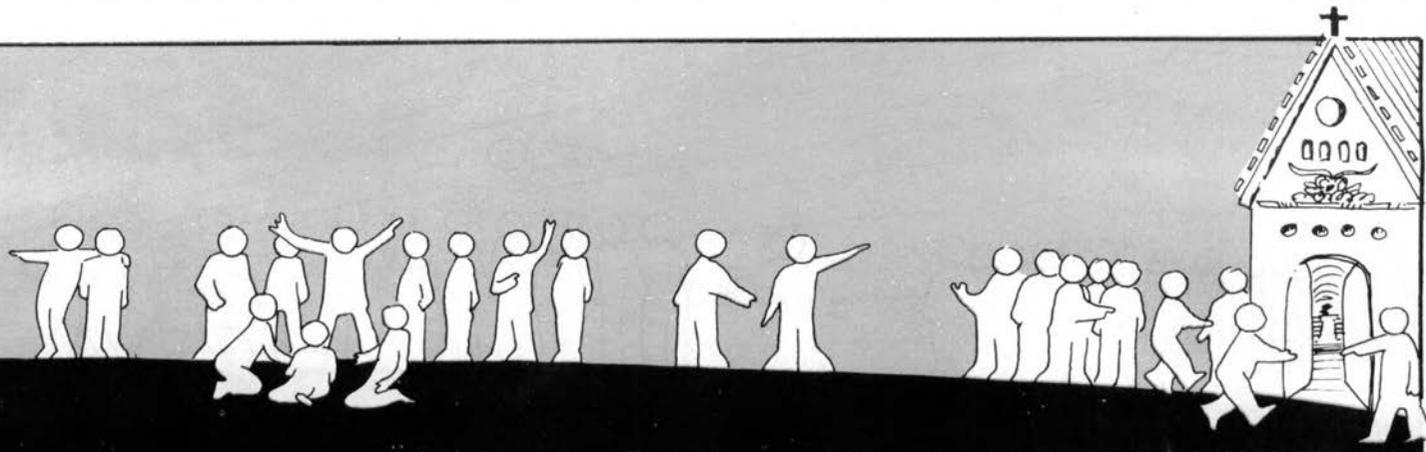
Aquilo que Paulo descreveu de forma poética — o nascimento da esperança — passou a ser vivido existencialmente pela América Latina. Momento profundamente evangélico. Tratava-se de um *kairós*: momento em que a atividade divina se tornava profundamente intensa e as suas intenções especialmente claras.

A comunidade da esperança

a. Mas Deus não faz as coisas sozinho. Quando Ele age, Ele chama os homens: “Segui-me”. É por isto que Paulo declara que “somos cooperadores com Deus” (1Cor 3,9). Esta é a razão porque o apóstolo, ao apontar para este mundo engravidado pelo Espírito, não o faz como observador, nem como indivíduo isolado. Através dele fala toda uma comunidade: sabemos, gememos, esperamos. Estas são palavras que brotam de dentro de uma participação vital em todo o processo mesmo que é descrito. Sabemos, porque participamos. Gememos, porque participamos. É a participação naquilo que Deus faz que nos permite compreender o significado e a direção da atividade divina: “Se algué-

quiser fazer a vontade dele, conhecerá a respeito da doutrina” (Jo 7,17). E é nesta participação obediente nos atos de Deus para redimir a sua criação que se constitui a sua comunidade. Assim, podemos dizer que dentre todos os grupos humanos a comunidade do Espírito é aquela cuja atividade é uma resposta à dinâmica de Deus para a transformação do mundo e do homem. Muito embora nossa tentação seja a de definir a comunidade em termos do seu passado, de suas tradições, de suas idéias e doutrinas, Jesus declara expressamente: “Nem todo o que me diz Senhor, Senhor! entrará no reino dos céus, mas aquele que faz a vontade de meu Pai...” (Mt 7,21). Os apóstolos João e Paulo afirmam a mesma coisa, ao indicar que não existe conhecimento de Deus — muito embora possa haver doutrina correta! — quando não existe obediência, ou seja, amor (1Jo 4,8; 1Cor 13,2).

Creemos ser necessário refletir um pouco mais sobre este assunto. E isto porque um dos hábitos mentais mais persistentes que temos é o de confundir as estruturas que aprendemos a denominar “igrejas” com a comunidade do Espírito. Este foi um vício teológico que, infelizmente, herdamos do catolicismo medieval. “Quereis encontrar o Espírito?”, perguntava aquela igreja. “Buscai-me e o encontrareis, pois ele é a minha alma e eu sou o seu corpo.” Dentro dessa teologia, a igreja é a realidade primária, dada, localizada, nunca objeto de uma busca, mas antes uma presença permanente. Corremos, igualmente, o perigo de pensar que é dentro de nossas tradições teológicas e estruturas eclesiais que o Espírito deve ser encontrado; lembremo-nos das palavras de Jesus, quando descreveu o Espírito como sendo como vento (João 3,8). “Sopra onde quer, ouves a sua voz, mas não sabes donde vem nem para onde vai; assim é todo o que é nascido do Espírito.” Não é difícil compreender estas palavras em relação ao indivíduo. Elas indicam o caráter inexplicável da con-



versão. Mas qual será o seu sentido quando aplicadas à comunidade nascida do Espírito? Se o Espírito é como o vento — não podemos prendê-lo ou controlá-lo — a comunidade do Espírito é também assim. Não podemos aprisioná-la. Ela foge das estruturas onde nós pensamos conter e forma, então, novas estruturas a fim de expressar-se. Foi exatamente esta visão teológica que fez possível a reforma protestante. Os reformadores compreenderam que o Espírito não era prisioneiro de nenhuma instituição e que, ao contrário, agia livremente para criar o seu povo. Nenhuma estrutura tinha, assim, o poder para determinar os limites do Espírito ou para conter a sua vitalidade. Ao contrário, era o Espírito, em toda a sua liberdade, que criava uma comunidade de amor. O problema fundamental, então, é descobrir quais são as marcas do Espírito, porque serão elas que irão determinar as marcas da sua comunidade. Onde está a comunidade do Espírito? A resposta: onde se manifestam os sinais da Sua atividade. Nas palavras de Jesus: “Pelos seus frutos os conhecereis” (Mt 7,20).

b. A reforma protestante tomou forma como uma compreensão nova da comunidade. Se Deus não é lei, como pensava a teologia medieval, mas graça e amor, a sua atividade se expressa fundamentalmente na criação de uma realidade social na qual este amor tomava forma. A comunidade do Espírito não pode, portanto, ser definida seja em termos legais, seja em termos intelectuais, seja em termos estruturais. É lógico que tais elementos têm um lugar. Mas lugar subordinado: apenas como instrumentos do amor. Cremos que tal perspectiva é profundamente evangélica. E isto porque os testemunhos bíblicos são unânimes em indicar que o Espírito se manifesta pela destruição daquilo que separava os homens, unindo-os numa comunidade de amor (Ef 2,13 e ss.). “Deus é amor”, afirma João. Sua criação é, por-

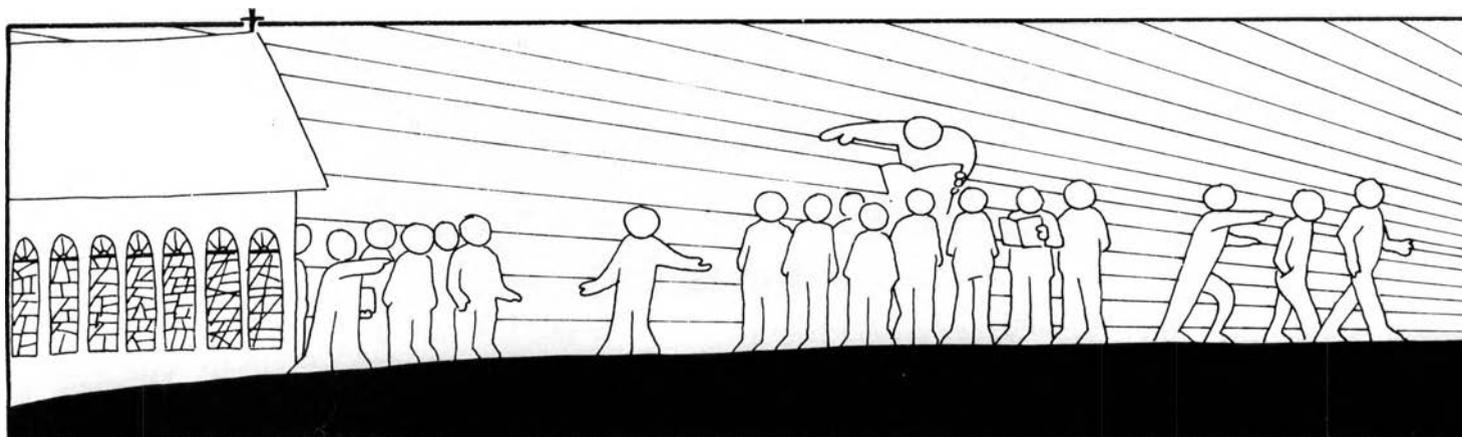
tanto, amor. Mas o amor só existe entre pessoas. Por isto criar o amor é o mesmo que criar comunidade, e criar comunidade é o mesmo que criar amor. Não existe comunidade anterior ao amor, como não existe amor fora de comunidade. Portanto, não estamos dizendo que Deus cria uma comunidade e que posteriormente lhe dê um mandamento de amor. Ao contrário: o amor é idêntico à vida da comunidade. Porque Deus é amor, a vida da comunidade é uma expressão histórica da graça divina. Esta é a razão porque o Novo Testamento a denomina “o Corpo de Cristo”. Onde dois ou três se encontram reunidos em nome de Cristo, ali está também a Presença daquele que é amor.

Não existe comunidade sem amor e não há amor sem comunidade

Para a Bíblia, as afirmações acerca do amor de Deus são derivadas da experiência de eventos históricos portadores de amor. Porque Deus agiu misericordiosa e salvadoramente para com o homem na história, podemos crer que Ele nos ama (Jo 3,16; 1Jo 4,9). Amor existe sempre em ato. Temos de afirmar, como consequência, que o amor da comunidade só pode se expressar por meio de atos. Daí a advertência de João: “Filhinhos, não amemos de língua, mas de fato e de verdade” (1Jo 3,18). O amor não existe aparte do “vai e faze” (Lc 10,37). Não se trata de reduzir o evangelho a uma simples dimensão social ou a um programa social. E isto porque o Deus bíblico está presente nos homens que são o objeto de seu amor. Como Lutero sugeriu, o próximo é o lugar onde Cristo se apresenta, escondido, a nós (cfme. Mt 25,40 e 45). Amar ao próximo e servi-lo se identifica, portanto, com amar a Deus e servi-lo (1Jo 4,12; Lc 10,25 a 31).

Notar na parábola do samaritano que Jesus contrasta os que tinham uma preocupação direta com o serviço divino (sacerdote e levita) com o “herege”. Conforme também Am 5,23 a 25, onde o profeta indica que Deus é servido não por um serviço direto, mas através do serviço ao próximo: “Antes corra o juízo como as águas, e a justiça como ribeiro perene”. O corpo de Cristo, ou seja, a comunidade na sua dimensão de transcendência, existe na medida em que os membros se amam, se perdoam, se aceitam, se ajudam.

c. O amor, entretanto, não se fecha dentro do círculo comunitário. Ele ama todas as coisas que sua bondade criou. O que as mãos de Deus criaram só pode ser, original e escatologicamente, “muito bom” (Gn 1,31). A presença do ódio e da injustiça na criação não implicavam no fim do amor de Deus. Ao contrário: Ele permanece amando, mesmo quando não amamos. E esta é a fonte da nossa esperança. Porque sabemos que Ele ama todas as coisas, sabemos que sua atividade tem por propósito reunir “todas as coisas em Cristo” (Ef 11,10). A comunidade, como expressão e instrumento do amor de Deus, não existe, conseqüentemente, a não ser na sua participação nos sofrimentos de Cristo, nos gemidos do Espírito, na atividade transformadora de Deus para tornar o Reino presente. Sua vida é uma expressão dinâmica da súplica: “Seja feita a tua vontade na terra como é feita nos céus”. Para sermos consistentes com a afirmação de que o amor é o próprio ser da comunidade, e não um mandamento que lhe é acrescentado “a posteriori”, temos de tornar claro que não estamos dizendo simplesmente que “a Igreja deve participar na atividade divina pela transformação do mundo”. Como se existisse a realidade eclesial fora da participação nesta dinâmica! Desejamos, simplesmente, indicar que é exatamente onde há uma comunidade de amor, comprometida com Deus naquilo que Ele está fazen-



do para nos dar "um futuro e uma esperança" que a comunidade do Espírito se encontra.

d. A Bíblia se refere freqüentemente ao permanente conflito entre a vontade de Deus e a vontade do homem. Uma de suas perspectivas antropológicas descreve o homem como um ser em revolta, incapaz de amar, obcecado pelo amor a si mesmo e pelo desejo de dominar: o homem como pecador. Deus e o homem se relacionam como duas vontades inimigas e irreconciliadas. Relação de conflito. Por outro lado, entretanto, ela indica que o Espírito está engajado na tarefa de criar um novo homem (Jo 3,7), com uma vontade nova (Jr 31,33-34), homem em harmonia com os propósitos divinos. O que marca, segundo a Bíblia, esta transição do homem velho para o homem novo é uma radical transformação de todas as estruturas mentais que determinam o relacionamento do homem com o seu próximo, com o seu mundo, consigo mesmo e consequentemente, com Deus. Esta crise de transição é denominada *metanoia*: mudança de mente, arrependimento. Transformação total que significa não apenas um novo amor como também (como consequência deste) uma nova maneira de ver, de pensar, de analisar, de agir. Este é o homem "em Cristo" a que Paulo se refere, ou seja, aquele cuja vontade nova se harmoniza com os propósitos de Deus de criar uma comunidade de amor e de transfigurar o mundo. Mas este homem, como já indicamos atrás, é exatamente aquele que forma a comunidade do Espírito. A reconciliação da vontade humana com a vontade divina se expressa assim numa realidade social. Deus, como Senhor, vai à frente. A comunidade, como aquela que crê, toma o risco da obediência e se engaja no mesmo conflito em que o seu Senhor está comprometido: conflito com as forças do egoísmo que desejam preservar o mundo tal como ele é e impedir o advento do Reino.

e. Isto significa, ao mesmo tempo, que aquelas comunidades que se encontram nas mesmas fronteiras de obediência se descobrem como reconciliadas entre si. Nada as separa. São expressões do único corpo de Cristo.

Note-se que esta é uma unidade voltada para o futuro, isto é, em função de um engajamento comum nas lutas de Deus por um mundo transformado. Destroem-se as ilusões da unidade em função de nossas tradições e concordâncias verbais. E caem por terra também as divisões com base em nossos conflitos passados e nossas tradições intelectuais. Toma forma, natural e necessariamente, a unidade que nasce sem esforços e sem negociações, da simples

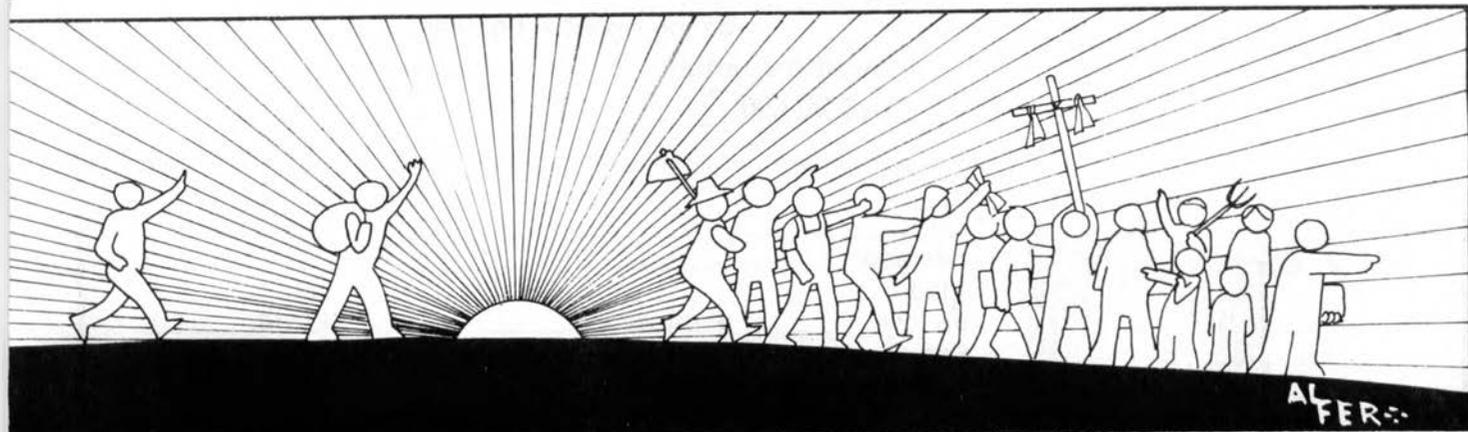
Deus nos ama e esta é a fonte da nossa esperança

participação nas lutas de Deus no mundo. É dentro desta perspectiva que encaramos a extraordinária renovação por que está passando a Igreja Católica Romana. É evidente que não podemos ser românticos e pensar que se trata de uma renovação uniforme e profunda em toda a Igreja. Mas isto, de forma alguma, diminui a promessa que estes primeiros frutos já oferecem e a esperança que em nós criam. Se nem um vale de ossos secos pode resistir ao sopro vivificante do Espírito de Deus (Ez 37), quanto mais uma comunidade de cristãos que buscam orientação. Dentro de uma perspectiva profundamente protestante temos de nos regozijar diante do fato de que o Espírito — que não é posse nossa — continua a sua operação, pois Ele tem poder até de vivificar os mortos e chamar à existência as coisas que não existem (Rm 4,17).

Por isto mesmo consideramos o ceticismo e a reserva reinantes em círculos pro-

testantes, frente à renovação da Igreja Católica, como profundamente contrários à nossa tradição teológica e bíblica. Parece-nos que tal atitude contém, em primeiro lugar, uma negação da afirmação protestante da liberdade do Espírito de Deus para agir e criar onde bem lhe apraz. E com tal falta de fé vai a presunção de que Ele se tornou monopólio nosso. Por outro lado, esta dúvida implica numa negação da própria esperança da ressurreição. A esperança da ressurreição se baseia na fé de que o Espírito "vivifica os mortos e chama à existência as coisas que não existem" (Rm 4,17). Se não cremos que o Espírito está renovando a Igreja Católica, apesar das inúmeras evidências, não podemos ter a esperança da ressurreição dos mortos.

f. Sugerimos atrás que reconciliação com Deus significa participação nas suas lutas. Ou seja, irreconciliação com todas aquelas forças culturais, sociais, econômicas, políticas, eclesiásticas, em resumo, com todos os "poderes deste mundo" que estão comprometidos com a preservação das formas de pecado que se transformaram em instituições. Que significa isto: formas de pecado que se tornaram em instituições? Deus é amor. Pecado é tudo aquilo que é contrário ao amor. Nas palavras de Agostinho: o amor de si mesmo. Ou seja, o desejo de dominar, de controlar, de usar o próximo. O desejo de poder e domínio se transforma em instituições que o servem e perpetuam. Reconciliação com Cristo é, concomitantemente, conflito com as forças do Anti-Cristo, com os poderes que desejam abortar o futuro e a esperança que o Espírito está criando. Como muito bem entendeu Agostinho, a história humana é um conflito entre duas realidades de caráter político: a caridade de Deus, dominada pelo amor a Deus, e a caridade dos homens, impulsionada pelo amor a si mesma e pela sua determinação de destruir o bem universal a fim de preservar vantagens de caráter privado.



g. Tal perspectiva teológica bíblica determina uma visão definida da tarefa missionária. Missão é cooperar com Deus naquilo que Ele está fazendo: a Igreja não pode fazer nada mais, nada menos e nada diferente. E o que Deus faz hoje é uma continuação dos mesmos propósitos revelados na Bíblia: exaltar os humildes, encher de bens os famintos (Lc 1,51-53), anunciar as boas novas do advento do Reino aos pobres, proclamar libertação aos cativos, restauração de vista aos cegos, libertar os oprimidos pela injustiça e anunciar o ano aceitável ao Senhor (Lc 4,18-19). O ano aceitável ao Senhor se refere ao ano do jubileu, agora transformado numa instituição da história messiânica universal: o ano em que todas as dívidas eram perdoadas, os escravos libertados, as terras devolvidas aos seus legítimos donos, em que todas as estruturas de dominação eram despedaçadas e um futuro totalmente novo era colocado diante dos homens. Missão portanto, significa participar no processo pelo qual Deus faz novas todas as coisas.

h. A participação na mesma missão do Messias significa que a comunidade participará também da sua sorte. "Se me perseguiram a mim também perseguirão a vós outros" (Jo 15,20). A perseguição vem justamente dos poderes mais fortemente estabelecidos e reconhecidos da sociedade: Jesus foi crucificado pelos poderes religiosos e políticos, que falavam em nome de Deus e da ordem. Perseguição inevitável. E isto porque, as palavras de Deus e ordem (lei) escondem, freqüentemente, o homem do pecado disfarçado. Ele coloca sobre si o manto da religião e a cobertura da lei para justificar a sua vontade de poder

e domínio. E quando isto acontece, não podemos ter ilusões: o Messias e os seus seguidores serão enviados à cruz.

i. Esta é a razão porque os fenômenos religião e igreja são bastante ambíguos. A sua história nos revela que, com uma freqüência que não desejamos reconhecer, o poder do amor se transforma em amor ao poder. E quando isto acontece, ela se torna diabólica. A Bíblia se refere freqüentemente a esta transformação. A sua escolha de palavras para descrever esta metamorfose é uma evidência muito clara da seriedade com que o escritor encarava a questão. Por vezes o texto sugere que aquela comunidade que fora a "virgem" ou a "esposa" se transforme em "prostituta". Noutras passagens a comunidade é comparada a uma videira que fora plantada de boas sementes, mas que só dava uvas bravas. A comunidade que fora criada para o amor e a bondade esquece-se disto. Passa a ser dominada pela lei, pela rigidez e autoritarismo. O seu respeito pelos ricos e poderosos toma o lugar do seu compromisso com o sofrimento dos pobres e oprimidos. De criadora de um mundo novo passa a ser preservadora do velho. Organismo vivo que se transforma em "sepulcro caído". Antes, voltada para o mundo e sua transformação, agora incapaz de fertilizá-lo e dedicada à auto-preservação. Esta é a temática do permanente conflito no Velho Testamento entre sacerdotes e profetas, e no Novo Testamento entre a lei e graça. No fim da corrupção da comunidade ainda permanecem todas as formas de piedade: o templo, as assembléias solenes, o ruído das celebrações (Am 5,21-23). Na realidade eles têm agora uma importância muito maior que dantes. Mas nada

mais são que ídolos: máscaras que encobrem o amor ao poder na sua forma religiosa.

A questão crucial é se levamos a sério a Bíblia, se estamos dispostos a ver-nos sob a luz da Palavra de Deus. Nem sempre é agradável contemplar-nos tais como somos. Preferimos que os profetas sonhem segundo os nossos desejos (Jr 29,8), que proclamem "paz, paz, quando não há paz" (Jr 6,14). A realidade dos fatos pode ser dolorosa. Mas, de que nos serve proclamar que estamos "ricos e abastados e de nada temos falta", quando a realidade é que somos "pobres, cegos e nus" (Ap 3,17). Ver com clareza e realismo é uma das prioridades do momento (Ap 3,18), pois somente então compreenderemos onde estamos. Poderemos então — mas só então — levantar a outra pergunta: para onde ir e o que fazer?

Olhamos para a Bíblia e ali encontramos a imagem da comunidade do Espírito: amor, comprometimento com a transformação do mundo, voltada para o futuro, reconciliada com os homens que caminham na mesma direção, pronta a tomar os riscos da obediência e do conflito com os poderes do Anti-Cristo. E olhamos para nós mesmos, que pensamos ser a igreja de Deus no continente latino-americano, onde Deus está sofrendo e morrendo com todos os que são perseguidos por causa da justiça. Descobrimos então o que realmente somos. E desta descoberta devem surgir as decisões acerca do que fazer.

(Este é um texto de grande importância histórica. Ele marca uma fase importante da teologia protestante contemporânea. Foi apresentado na 3ª Conferência Evangélica Latino-Americana, realizada em julho de 1969, em Buenos Aires.)

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas da atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:

Cz\$ 200,00

Assinatura de apoio:

Cz\$ 300,00

América Latina: US\$ 60 América do Norte: US\$ 80 Europa, África e Ásia: US\$ 90

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

tempo e presença



tempo e presença



Constituição, cidadania e participação

João Gilberto Lucas Coelho



Moreira Mertz/Ag. Folhas

O longo processo de elaboração da Constituição Brasileira começou sem um projeto prévio. Daí uma das vertentes de sua grandeza e de suas fragilidades e crises. Vinte e quatro subcomissões deram início concomitante à elaboração, recebendo sugestões e realizando audiências públicas com entidades, personalidades e população em geral. As conclusões de então, passaram pelo filtro de oito grandes comissões temáticas, cada uma unificando três subcomissões, responsáveis por oitavas partes do futuro projeto. Este somente nasceu em 15 de julho, após o trabalho organizador da Sistematização e foi logo batizado de Frankstein e outras coisas, devido à sua complexidade, redações conflitantes e contrastes, frutos das origens diversificadas.

Ao projeto foram recolhidas emendas de constituintes, aos milhares, e de cidadãos. Coube, então, à Sistematização dar um parecer ao projeto e suas emendas, concluindo por um substitutivo, o qual, pelo regimento na sua forma inicial, teria preferência em plenário para votações.

A Comissão de Sistematização realizou uma madura análise. Além de votar cada título globalmente, seguindo versões oferecidas pelo relator, analisava depois artigos e detalhes através de destaques para emendas e redações, numa escala de pos-

sibilidades e alternativas. Isto permitiu aos seus 93 membros manifestarem sua vontade em cada assunto, sem o atropelo de rolos-compressores ou de meras ratificações a um conjunto de texto com o sacrifício das idéias próprias no particular. Está no método de trabalho a causa da demora nesta fase, mas, também, da riqueza de alterações conseguidas. Tão livre processo permitia maiorias as mais diversificadas, dependendo do assunto em votação e das opiniões individuais dos constituintes. Este processo, embora demorado, deve ser preservado para as deliberações do conjunto dos constituintes, no plenário, porque é o mais democrático e criativo. Contra ele, todavia, investem forças do *status quo*, temerosas do conteúdo de algumas mudanças e da impossibilidade de controle que o método tem.

Quem não confiava em qualquer evolução ou mudança por esta Constituinte, surpreende-se ao ler o preâmbulo da futura Carta que consagra "uma Nação baseada na liberdade, na fraternidade, na igualdade, sem distinção de raça, cor, sexo, procedência, religião ou qualquer outra" e lembra que a grandeza da Pátria está também na "equitativa distribuição dos bens materiais e culturais". Ali está a marca de uma tendência à democracia participativa, afirmada em pontos do texto: "A soberania reside no povo, que é a fonte de todo o poder; os poderes inerentes à so-

berania são exercidos por representantes eleitos, ou diretamente pelo povo".

A surpresa ficará maior ao ler "os princípios fundamentais" que estão no primeiro título da Constituição, definindo o que é o Brasil, como se dá a soberania, os poderes, os objetivos fundamentais do Estado e as relações do país na ordem internacional.

Direito coletivo

Esta Constituição está sendo escrita num roteiro diferente de todas as anteriores no Brasil. Elas iniciavam pela organização do Estado, seus poderes etc. Só lá pelo final contemplavam o cidadão sob o ponto de vista de direitos individuais. Nesta, inicia-se pela cidadania, através de direitos individuais, coletivos, sociais e políticos. Pela primeira vez na estrutura brasileira, surge a figura do direito coletivo; até aqui, por exemplo, o direito de reunião era "o meu direito individual de reunir-me a outros"; se temos direitos coletivos, isto quer dizer que "o fato de estarmos reunidos cria um novo direito".

O título "Dos Direitos e Garantias Fundamentais" é um momento rico do substitutivo da Sistematização a ser apreciado pelo plenário. Embora tenha perdido um pouco as mudanças mais profundas originárias nos textos revolucionários das subcomissões e comissão temática, gran-



O "Centrão" muda as regras do jogo para beneficiar o poder econômico.

des são os avanços. Entre as perdas estão a do conceito de igualdade ligado aos mecanismos compensatórios para que os desiguais não venham a ser tratados igualmente, mas, sim, de forma a possibilitar a que cheguem a ser iguais, e a da definição da propriedade que retorna ao clássico apego dos brasileiros pelo direito de propriedade e suas garantias, embora, com a expressa ressalva da subordinação ao bem-estar social, à conservação dos recursos naturais e à preservação do meio-ambiente. Além dos direitos individuais tradicionais entre nós, o texto avança com condenação concreta da tortura; inadmissão da pena de morte mesmo em caso de guerra; identificação criminal somente após sentença condenatória; prisão com comunicação imediata ao juiz; respeito à integridade física e moral dos presos e a mãe presidiária permanecendo com o filho que esteja amamentando; direito de informação, exceto as imprescindíveis à segurança; participação nas reproduções de imagem ou voz, inclusive nos esportes; direito de asilo por convicções políticas e não extradição por crime de opinião; direito de certidão e de petição, independente de taras; não exigência de autorização estatal para a criação de associações e cooperativas; assistência jurídica gratuita e impenhorabilidade da propriedade familiar rural de até 25 hectares.

Lei só no papel

Além da aplicação imediata das normas sobre direitos fundamentais, outra impor-

tante conquista são os mecanismos jurídicos para assegurar o cumprimento da Constituição e proteger os interesses coletivos. Além de instrumentos tradicionais como o *habeas corpus* e o mandato de segurança, ricas novidades surgem. O mandato de segurança, um ágil procedimento judicial, agora poderá ser coletivo e impetrado por partidos políticos, sindicatos e associações. O *habeas data* será o recurso que teremos para conhecer informações que a nosso respeito constem em bancos de dados (SPC, SNI, cadastros...) e até, corrigi-las. O mandato de injunção será a medida judicial mais rápida para o caso de direitos fundamentais assegurados pela Constituição e que não estejam sendo cumpridos ou plenamente regulamentados. A ação popular torna-se gratuita e mais ampla, para anular ato ilegal ou lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, à comunidade, à sociedade em geral, ao meio ambiente, ao consumidor ou ao patrimônio histórico e cultural.

A Constituição é ainda protegida pela inconstitucionalidade em tese por ação ou omissão. Atualmente, somente existe a inconstitucionalidade em tese de lei ou ato e não no caso do poder público ser omissor. Mesmo assim, somente o procurador geral da República pode propô-la perante o Supremo Tribunal Federal. A partir da nova Constituição, poderão propor a inconstitucionalidade em tese por ação ou omissão o presidente da República, governadores, congresso, assembleias, partidos, confederações sindicais, OAB...

Conquistas sociais

Os direitos sociais saem também reforçados no texto que a Sistematização apresenta ao plenário, já com grande reação das forças conservadoras. São iguados os trabalhadores rurais e urbanos. Os empregados domésticos ganham alguns novos direitos, mas continuam sem a sua plenitude. Proteção contra a dispensa imotivada, jornada máxima de 44 horas semanais (desde a Constituição de 1934 vem sendo de 48 horas), 13º salário estendido às aposentadorias, remuneração em dobro do serviço extraordinário, licença-gestante de 120 dias, aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, igualdade de direitos entre trabalhador permanente e avulso, proibição de intermediação de mão-de-obra salvo casos regulamentados em lei, participação nos lucros e na gestão da empresa, pelo menos 10% de trabalhadores com mais de 45 anos nas empresas de mais de cinquenta empregados... Estes e outros direitos, num mini-código do trabalho inserido na Constituição provocaram muita ira no despreparado empresariado brasileiro que fala em capitalismo moderno, mas não quer pagar a conta em direitos sociais e melhoria da qualidade de vida.

A liberdade de organização sindical é consagrada pelo desatrelamento dos sindicatos do aparelho de Estado. Mas, permanece a unicidade na base territorial que os próprios trabalhadores definirão, não sendo inferior ao município.

O direito de greve ficou redigido de forma ampla, sem limitações legais, com os

próprios trabalhadores responsabilizando-se pelos serviços essenciais.

A vedação atual à dupla nacionalidade foi retirada do texto, sem, no entanto, a clara redação anterior que permitia ao brasileiro adquirir outra nacionalidade sem perder a sua.

O voto passa a ser facultativo a partir dos dezesseis anos e obrigatório aos dezoito. O analfabeto tem o direito do voto sem o dever e sem a possibilidade de ser eleito. São também inelegíveis os menores de dezoito anos e os que estejam no serviço militar obrigatório. Portanto, os cabos e soldados já profissionalizados ganham finalmente a condição de eleitores. O projeto, no entanto faz uma escala de idades bastante conservadora para que o cidadão seja candidato: 35 anos para presidente e senador; trinta para governador; 25 para prefeito; 21 anos para deputado federal e estadual.

Em geral podemos dizer que a cidadania sai fortalecida neste texto e nas suas várias dimensões.

O mesmo se pode referir com relação às formas de participação popular: iniciativa de leis e referendos; consulta às entidades no planejamento municipal; acesso a informações; regras específicas sobre consumidor, meio ambiente, previdência, saúde e educação com a admissão da participação popular.

A interessante experiência com a iniciativa popular de emendas ao projeto de Constituição parece ter dado base sólida à intenção de se ter a regra permanente da iniciativa de leis pelos cidadãos a nível federal, estadual e municipal. A regulamentação na Constituição limita-se apenas ao âmbito federal: 0,3% do eleitorado nacional, distribuídos em pelo menos cinco estados, com no mínimo 0,1% dos eleitores de cada um deles, poderão propor projetos de lei ou emendas à Constituição. O referendo popular será determinado pelo presidente da República para lei ou emenda à Constituição, total ou parcialmente, a requerimento de 2% do eleitorado nacional, distribuídos por cinco ou mais estados e com não menos de 0,5% dos eleitores de cada um deles.

Avanços correm perigo

Um olhar mais de conjunto nos mostra uma Constituição que fortalece o Legislativo, dá mais recursos para estados e municípios, prevê políticas e planos nacionais, administração descentralizada e trata de questões novas como o meio-ambiente (um excelente capítulo, talvez o melhor tratamento constitucional da questão ambiental que se conhece), direitos do consumidor, o problema nuclear (exigência de au-

torização congressual) e ciência e tecnologia. A ordem econômica será polêmica até as últimas votações em plenário; os textos iniciais da Sistematização apresentaram-se com algumas tendências nacionalistas (definição de empresa nacional, reforço do monopólio estatal do petróleo estendido aos riscos e nacionalização de certos setores dos transportes e do subsolo), mas também numa direção de fortalecer a empresa privada. Áreas sensíveis como educação e saúde também causam muitas divergências, pois os capitalistas brasileiros não admitem a saída de outros países que, embora com setores produtivos privatizados, deram ao Estado a responsabilidade pelo bem-estar social. A questão do índio, emocionalizada num falso debate nos últimos tempos, tem dificuldades de correlação de forças para um bom texto até o final do processo constituinte.

A implantação do parlamentarismo é outro ponto de profundas divergências, mas aprovada a nível de Comissão Temática e na de Sistematização. Há uma certa tendência em favor do regime de gabinete, com algumas misturas à brasileira. Aqui o presidente da República, eleito com voto direto pelo princípio da maioria absoluta no primeiro turno, ou um segundo com os dois mais votados (forma de eleição também para governadores e prefeitos), terá uma boa reserva de poderes. Os votos de desconfiança aos gabinetes tem limitações, o mesmo acontecendo com a necessária contrapartida da dissolução da Câmara para novas eleições.

De forma global, pode-se dizer que o texto da nova Constituição tende a ser melhor do que as constituições anteriores, de 1824 a 1967/69. Todavia, ficará aquém das necessidades de mudança e construção social no país. Ao envolver-se profundamente nas questões sociais e econômicas — como o movimento popular reivindicou com intensidade — a Constituição forçará alguns passos adiante, mas também deixará portas fechadas para futuros maiores avanços.

A luta que se trava agora é entre o pequeno ímpeto mudancista da Constituinte, revelado nos textos da Temática e da Sistematização, e a reação conservadora irada que pressiona dentro e fora da Assembléia. Entre o novo que quer desabrochar e o que está posto, instituído e constituído em termos de poderes políticos, econômicos, sociais e culturais. Uma dura luta, cheia de riscos e desafios, com imprevisível resultado.

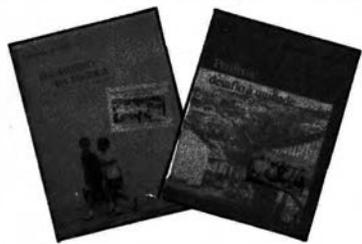
João Gilberto Lucas Coelho é diretor do Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte da Universidade de Brasília.

PUBLICAÇÕES DO CEDI



Pai nosso (Rubem Alves),
Co-edição com Edições Paulinas. Cz\$ 200,00

Um enfoque poético-teológico da figura do Pai. "O pai de olhos mansos só existe em nós como uma nostalgia, uma saudade, uma tristeza. Mansidão precisa voltar. E sabemos que ela é a dádiva de um olhar. E é por isso que Jesus nos ensinou a orar, chamando de volta o olhar manso, aquele que nos fará sorrir de novo: Pai nosso..."



O caminho da escola — luta popular pela escola pública,
Cadernos do CEDI 15, Cz\$ 100,00

Periferia: desafio à unidade,
Cadernos do CEDI 16, Cz\$ 100,00

Dois lançamentos da série Cadernos do CEDI. O primeiro trata das lutas dos movimentos populares da Zona Leste da cidade de São Paulo pelo direito à educação. O segundo registra a experiência das igrejas Metodista, Episcopal e IECLB (luterana) na implantação de uma Pastoral Eclesiástica de Periferia no sul do país.



Trabalhadores urbanos no Brasil/82-84,
Aconteceu Especial 16, Cz\$ 350,00

Levantamento dos principais fatos que marcarão a vida dos trabalhadores urbanos no Brasil, no período que abrange três anos: 1982, 1983 e 1984. Traz análises das conjunturas econômica, política e sindical e um levantamento na imprensa sindical e diária dos principais acontecimentos de cada categoria profissional dos trabalhadores urbanos.

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI
Av. Higienópolis, 983
CEP 01238 — São Paulo — SP

Soberania: a alternativa para a paz

Newton Carlos

Zeca Araújo/F4



Contadora: a busca da paz unifica o continente.

Um duro intervencionista do governo Reagan, o encarregado da América Latina no Departamento de Estado, Elliott Abrams, admite que “o comando das ações está na América Central e não em Washington”. Fala dos acordos de paz assinados pelos presidentes centro-americanos. Pode ser que a paz não seja alcançada na América Central, pelo menos a curto prazo, mas Contadora dá seus frutos. E foi Contadora que inspirou os acordos afinal assinados.

Há quatro anos um grupo de países latino-americanos decidiu que era hora da América Latina tentar cuidar de seus problemas, sem interferências de fora. A guerra na América Central tornava-se mais intensa e mais cruel, abrindo espaços a in-

tervenções estrangeiras. Os Estados Unidos transformavam Honduras numa base militar e financiavam, como continuam financiando, os “contras” da Nicarágua, que procurou ajuda em Cuba, na União Soviética e em países do leste europeu.

A guerra se internacionalizava, colocando a América Latina no eixo do confronto entre Estados Unidos e União Soviética. Os chanceleres da Colômbia, Venezuela, Panamá e México se reuniram na ilha panamenha de Contadora e o grupo foi formado. Outros quatro (Brasil, Argentina, Peru e Uruguai) aderiram depois, como “apoio”. A meta era conseguir a paz na América Central, a partir de uma “ótica” latino-americana.

Perspectiva de paz

As gestões de Contadora não resultaram em acordos definitivos. Houve atas aceitas e depois contestadas. Mas a mudança de presidente na Costa Rica permitiu que a busca de entendimento se “internalizasse” ainda mais. Disposto a agir com autonomia, o novo presidente costarricense, Oscar Arias, apresentou propostas de paz alternativas que acabaram se transformando em acordos negociados pelos próprios centro-americanos, com assistência discreta de Contadora e seu grupo de “apoio”.

Também ajudou o interesse da oposição democrata ao presidente Ronald Reagan, dos Estados Unidos, em ter um “espaço

político" onde operar em política centro-americana. Coube aos dirigentes da América Central romper o impasse, segundo termos definidos por eles. "É preciso que nos dêem uma oportunidade de paz", diz Arias, ganhador do prêmio Nobel. Há nos acordos uma enorme força "moral" que torna difíceis oposições frontais de fora do continente.

Não significa que a paz esteja a alguns metros. Há os esquadrões da morte, sobretudo em El Salvador. Há dificuldade em conseguir cessar-fogo entre militares e guerrilheiros. Há os "contras" na Nicarágua, que procuram manter-se vivos e ativos para justificar a ajuda dos Estados Unidos. O regime nicaraguense não gosta da idéia de uma negociação direta com eles. É outro obstáculo. Reagan não cede em sua decisão de pedir ao Congresso uma nova ajuda de US\$ 270 milhões para os "contras". Apenas concordou em adiar para janeiro, quando os presidentes centro-americanos se reunirão outra vez, o envio do pedido ao Congresso.

OEA independente

A paz é uma questão. Há outras em pauta. O chamado "espírito de Contadora" ganha corpo. E se mostra a cada dia com mais vigor. A América Latina aprende a cuidar de seus problemas. Lentamente. Os oito de Contadora e seu grupo de "apoio" se transformaram num comitê consultivo permanente. Espécie de OEA sem os Estados Unidos, dizem alguns. Na abertura da assembléia-geral da ONU, o comitê se reuniu com os chanceleres da Comunidade Econômica Européia (CEE).

Pela primeira vez América Latina e Europa ocidental dialogaram diretamente por meio de representações coletivas. Os únicos antecedentes eram bilaterais. Os presidentes dos oito decidiram reunir-se. Pela primeira vez uma conferência de presidentes latino-americanos foi convocada por países latino-americanos. As duas únicas já realizadas (em 1959 no Panamá e 1967 no Uruguai) contaram com a presença dominante do presidente dos Estados Unidos. E foram convocadas pelos Estados Unidos, em função de problemas norte-americanos, como a guerra do Vietnã, destaque da pauta da reunião na estância uruguaia de Punta del Esta.

Os Estados Unidos não queriam que a OEA se metesse na guerra centro-americana. Seu secretário-geral, o brasileiro Baena Soares, incorporou-se a Contadora e seu grupo de "apoio", e a OEA, juntamente com a ONU, participa de tarefas de verificação e segurança vinculadas aos acordos de paz. Também na OEA foi apro-



Reagan: sorriso que não convence os povos latino-americanos.

vada, contra o único voto dos Estados Unidos, resolução condenando a decisão inglesa de ampliar a zona de exclusão em torno das ilhas Malvinas.

Não é fácil. A OEA está em dificuldades porque há retração por parte dos Estados Unidos, que cobrem dois terços do orçamento da entidade. Mas aparentemente

te isso ainda não se refletiu nos ânimos autonomistas. Ou no "espírito de Contadora". E alguém como Abrams admite que a paz na América Central tem a própria América Central como mesa principal de negociações. Admissão muito importante.

Newton Carlos é articulista da *Folha de S. Paulo*.

Aconteceu

Assinatura anual Cz\$ 100,00

América Latina: US\$ 60

América do Norte: US\$ 85

Europa,

África e Ásia: US\$ 100

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI
— Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Rua
Cosme Velho, 98 — fundos — CEP 22241 — Rio de Janeiro — RJ

Comprometidos com o Deus da esperança

(Ap 21)

Juan Stam



O Deus da esperança vos encha de todo o gozo e paz no vosso crer, para que sejais ricos de esperança no poder do Espírito Santo. (Romanos 15,13)

— Por que se chama ao Senhor “o Deus da esperança”?

— Em que consiste essa esperança, segundo a Bíblia? (Cuidado para não reduzi-la a menos do que é!)

— O que tem o Espírito Santo a ver com essa esperança?

— Como essa esperança afetará nossa maneira de viver?

Já no Antigo Testamento, Deus se chama “Esperança de Israel, Redentor seu no tempo da angústia” (Jr 14,8). De vez em vez, Javé entra em situação mais desesperada e faz nascer a esperança. O “Deus da Esperança” é o que aparece ao idoso Abraão e lhe faz a promessa: “De ti farei uma grande nação, em ti serão benditas to-

das as famílias da terra” (Gn 12,2-3). Aparece ao dirigente de um povo oprimido no Egito e promete a Moisés: “Vejo a opressão do meu povo e os visitarei para tirá-los da aflição do Egito” (Ex 3,9-16s). Séculos depois, quando Israel tinha ido para o cativeiro e a esperança parecia ter fr cassado, o mesmo Deus promete nada menos que uma nova criação: “Pois eis que eu crio novos céus e nova terra” (Is 65,17).

Essa fé indestrutível no Deus da esperança, pertence à essência da fé: crer n’Ele significa esperar em suas promessas. O último livro da Bíblia, o Apocalipse, assegura-nos que depois de todas as lutas tremendas que hão de vir, vencerá a promessa de Deus e seu Reino virá em plenitude gloriosa. Nosso Deus é aquele cuja última palavra é a da esperança sem limite: “Eis que faço novas todas as coisas” (Ap 21,5). Precisamente quando parece que tudo está por concluir, Deus diz que tudo está por começar!

O profeta João escreve Apocalipse quando a Ásia Menor atravessa tempos de perseguição e repressão. O imperador Domiciano proclama-se deus e começa a castigar e matar os cristãos. João está na ilha de Patmos, evidentemente preso pelo Evangelho e, por suas visões inspiradas pelo Espírito do Senhor, dá testemunho triunfante de sua fé na presença e no poder do Senhor dos Senhores (Ap 1,5). Virão tempos de luta e juízo (6,17), mas serão breves: são sempre descritos como “meia semana” (três anos e meio, 43 meses, 1260 dias, tempo, tempos e meio tempo). Em seguida, Babilônia, a cidade iníqua, será arrasada (Ap 17,16-19 e 21), a besta e seus aliados serão lançados no lago de fogo (19,20s), e Cristo virá reinar (19,11s). Em lugar da Babilônia, se estabelecerá para sempre “a nova Jerusalém”, a cidade de Deus e seu Reino de justiça, amor e paz.

Perguntas para refletir sobre o texto e nosso contexto hoje

1. Por que os dois “sistemas”, de Satanás e de Deus, se comparam a duas cidades?

Que tipo de cidade e de sistema foi Babilônia? (Consulte alguma enciclopédia bíblica ou livros de história).

O que diz a Bíblia sobre Babilônia?

Roma se parecia com Babilônia? (Pedro 5,13)

Na realidade, todo o livro de Apocalipse é um “chamado ao compromisso” em tempos tumultuosos e perigosos (veja Ap 1,3, a práxis da profecia). O que significava “seguir ao Cordeiro onde quer que fosse”? O que significa hoje? Note que as profecias de João não são, de maneira alguma, especulações sobre o futuro, como se tratasse de alguma espécie de bola de cristal ou horóscopo, mas antes conclamam os crentes à coragem e à responsabilidade histórica à luz do futuro: a duríssima, mas breve luta, a vitória segura e final no Senhor.

Os capítulos 20-22, depois de realizada a derrota da Babilônia, descrevem o futuro da esperança cristã com três figuras inspiradas:

- a) O "Reino de mil anos" (Ap 20,1-7)
- b) "Novo céu e nova terra" (Ap 21,1s)
- c) "A nova Jerusalém" (Ap 21,2,9; 22,5) que é também a "noiva" amada do Cordeiro.

Refleta sobre o significado de cada um desses ensinamentos bíblicos. O Reino de mil anos, conhecido como "milênio", foi sumamente discutido e as interpretações são muito diversas; de qualquer maneira, tem que significar uma realização do Reino de Cristo sobre esta terra, dentro de nossa própria história humana:

Ap 20,7-10 — Depois dos mil anos o pecado ainda existe.

Ap 20,11 — Nossa terra e nosso céu foram o cenário do Reino de mil anos, só "fogem" depois dos mil anos, para dar lugar ao novo céu e à nova terra.

2. Que significado ou que implicações tem esse ensinamento do "milênio" (seja literal ou figurado) para nossa esperança, precisamente como referência à nossa própria terra atual e nossa própria história humana?

A segunda descrição do triunfo de Deus, como todo um universo novo, sem pecado, nem injustiça, nem ódio, vem dos profetas do Antigo Testamento. Eles, como mais tarde São Paulo, sabiam que toda a criação caiu pelo pecado e tem que ser "reconciliada" e "libertada" (Rm 8,19-23; Cl 1,20). O pecado que está no coração de cada pessoa, não está somente no indivíduo, mas sim em seu "mundo" em todo o "sistema", na "desordem das coisas" que rodeia a cada um de nós.

Mas Deus promete fazer novas todas as coisas! Uma das mais belas descrições dessa nova criação — e que, certamente, inspirou a visão do profeta em Ap 21, aparece no capítulo 65 de Isaías.

3. Leia Isaías 65 e 43,18. Note como esse último texto se parece com o primeiro parágrafo de Ap 21.

Deve o povo de Deus odiar a criação ou amá-la? Veja Is 65,18. Quando vier o Reino de Deus, deixaremos de apreciá-lo em sua criação? Quando a Bíblia diz: "Não ameis o mundo", que significa? Veja 1Jo 2,15s. Se "amar o mundo" enquanto sistema de egoísmo e corrupção é pecado, poderíamos dizer que também é pecado não amar o "mundo" enquanto criação, não gozarmos e nos alegrarmos nela e louvar ao Criador?

4. Compare Is 65,19 com Ap 21,4.

Que querem dizer os versículos 21 e 22 de Is 65 quando afirmam: "Não edificarão para que outros habitem; não plantarão para que outros comam?" De que formas isso podia acontecer naqueles tempos? Como pode acontecer o mesmo hoje?

Exemplo: Em nossas cidades, em que classe de casa vivem os carpinteiros, os pedreiros, os ajudantes de construção?

Por outro lado, quem vive nas melhores casas que esses obreiros constroem? São os mesmos que realizaram o trabalho de construir a casa?

Que nos indicam esses versículos sobre a relação do próprio trabalhador (ou trabalhadora) com o trabalho que produziu, segundo a vontade de Deus?

Por que o autor crê necessário extirpar o mal e o ódio de toda a criação, mesmo entre os animais porque, senão, tampouco poderá haver paz entre os humanos?

Veja também Gn 3,14s, quanto aos animais.

Que significa "alienação" ou alheamento?

Compare Gn 2 (vida em harmonia com Deus e o próximo) e Gn 3 (vida debaixo da alienação) e a superação de alheamento, a vitória sobre a alienação, na nova criação (Is 65). (Vale a pena ler, a esse respeito, *Pecado e Salvação*, de Leslie Newbigen).

Quais coisas de Gn 1-3 aparecem também em Ap 21,1 e 22,5? Comece com "céus e terra" em Gn 1,1 e o "novo céu e nova terra" em Ap 21,1 (veja Ap 21,3 com Gn 3,16-19.23.24). Cfme. "morte" e "vida" em ambas as passagens (veja Ap 22,1-3).

À luz de todo esse ensino, podemos mais claramente entender o significado de "nascer de novo". Claro, é uma experiência pessoal e por isso significa também uma mudança total de vida. Contudo, note a comparação entre Ap 21,1.4-5 e 2Cor 5,17 ("as coisas velhas já passaram"). As duas passagens se baseiam em Is 65. Por que diz 2Cor 5,17, que o crente é "nova criatura"? (igualmente Cristo é também o novo Adão e nós, a nova humanidade n'Ele e pelo seu sacrifício). Por que diz Jo 3,3.5 que o que não nasce de novo não pode ver o Reino de Deus nem entrar nele?

A nova Jerusalém

5. Por que João, preso numa ilha, vê o triunfo de Deus em forma de uma cidade? Por que Jerusalém? Alguns autores (especialmente Jacques Ellul, em seu livro *A cidade*) assinalaram que a primeira criação começou num jardim, mas a nova criação culmina em uma cidade, uma comunidade perfeita e justa. 2Pedro 3,13 diz que na nova criação habitará a justiça.

Muitas pessoas imaginam que "a nova Jerusalém" é o céu espiritual, mas estude cuidadosamente Ap 21,2-10. João não pode estar pensando no "céu" aqui e sim na nova terra. Por quê? (naturalmente outras passagens da Bíblia também ensinam que



veremos a Deus, no céu, mas o autor de Apocalipse não pensa nisso no final de seu livro, porém, antes, pensa que a Cidade de Deus vai estabelecer-se mediante a vinda de Cristo, sobre a terra nova, com seu céu correspondente. Trata de encontrar em Ap 20-22 algum texto que mencione que iremos ao céu depois do juízo final).

A nova Jerusalém, cidade santa e amada, é descrita também como a esposa do Cordeiro que vem, formosa e adornada para as bodas (Ap 19,7-9; 21,2,9). De que "linho fino" está tecido o vestido de bodas da Igreja, segundo 19,8? Por que se usa a figura de uma noiva formosa para essa

comunidade e a figura de uma festa de casamento para o estabelecimento de Cristo na nova terra?

Essa nova Jerusalém se descreve, em primeiro lugar, com termos sumamente figurados em Ap 21,9-21 (especialmente por meio de medidas simbólicas e pedras preciosas, do mesmo modo que sobre Deus em Ap 4,3) e depois, no que se poderia chamar de "termos sócio-analíticos" em Ap 21,22; 22,5. O autor, inspirado pelo Espírito Santo, quer ajudar-nos a ver como será essa nova comunidade internacional sob Cristo e como funcionará para a plena realização humana.

Eis o tabernáculo de Deus com os homens. Deus habitará com eles. Eles serão povos de Deus e Deus mesmo estará com eles. E lhes enxugará dos olhos toda lágrima e a morte já não existirá, já não haverá luto, nem pranto, nem dor, porque as primeiras coisas passaram. (Ap 21,3-4)

(Extraído do livro *Jesus Cristo: Vocação Comprometida com o Reino*, co-edição Clai/Unimep/Imprensa Metodista, 1982.)

Juan Stam é biblista da Igreja Bíblica Centro-Americana.

Teresa Gazitúa



TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL

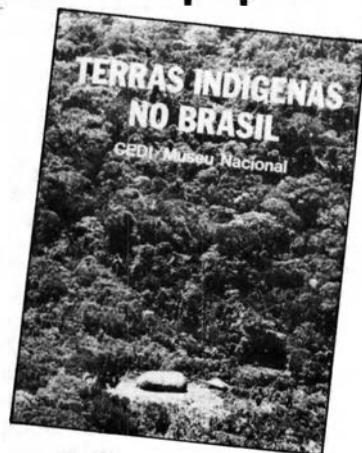
Saiba porque a terra indígena é farta só no papel!

Publicação que traz os resultados de uma pesquisa conjunta do CEDI e do MUSEU NACIONAL sobre a situação atual das terras indígenas no Brasil. Tem 152 páginas, com apresentação, artigo, nota metodológica, quadros, mapas e listagem completa dos 518 casos estudados.

Cz\$ 350,00

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI.

Av. Higienópolis, 983
CEP 01238 — São Paulo — SP



Conflito no Araguaia

Análise competente e depoimento atual

Carlos Rodrigues Brandão



CONFLITO NO ARAGUAIA — Peões e posseiros contra a grande empresa

Neide Esterce, *Vozes*, Petrópolis, 1987, 208 pp. 13,8x21 cm.

A imprensa nacional tem dedicado muitas matérias, às vezes de páginas inteiras, embora sem a frequência correspondente ao aumento de frequência dos acontecimentos, aos conflitos em torno da terra em todo o país. Terríveis em cada caso, o valor das notícias ameaça se perder porque uma certa constância perversa torna indevidamente monótonos os informes repetidos: em algum lugar, um lavrador, um padre, um advogado é assassinado ou sofre um atentado. A breve história das razões do fato são lembradas: uma luta antiga entre posseiros, líderes sindicais e os representantes da extensa confraria da morte por encomenda que se multiplica no Brasil.

No entanto, publicações, dentro e fora da Universidade, que tomem a lógica, as ideologias, a estrutura, o processo e os efeitos dos conflitos de terra como tema e reflexão são poucas. Verdade que há entre nós uma quantidade grande e crescente de artigos, estatísticas, documentos de denún-

cia, mas nos faltam estudos lentos, aprofundados, demonstrativos *do quê e do porquê* dos fatos que acontecem no desenrolar desses conflitos.

Conflito no Araguaia tem o mérito de ser ao mesmo tempo uma análise exemplar de conflito de terra e o veículo de um depoimento atual e vivo dos participantes da luta entre posseiros e seus aliados, os agentes da Igreja Católica contra uma empresa latifundiária multinacional e seus prepostos e cúmplices. Com rigor e criatividade a autora reconstrói a história do conflito partindo das versões dos diversos participantes. Sob a forma de uma narrativa são explicadas não somente as razões históricas do conflito mas também a lógica dramática (e, no entanto, cotidianamente social), das relações que o momento do conflito tornam mais transparentes e visíveis. Narrando um drama, revela ao mesmo tempo uma estrutura de personagens, de relações, de tramas de poder, de sistemas de dominação do trabalho, de alianças e oposições que são o substrato do que ocorreu. Se o conflito envolve *peões e posseiros*, além dos latifundiários e agentes de igreja, ficamos sabendo não apenas como e porque os posseiros de uma região enfrentam o poder dos proprietários, mas, antes e densamente, como se deu a história de construção da identidade do *ser posseiro*; ficamos sabendo também acerca da lógica que informa as relações na peonagem, tratada como uma forma particular de subordinação do trabalho. Uma história, portanto, dentro da outra, como momentos de uma trama de processos onde a situação especial do conflito deixa de ser um mero episódio e passa a ser um acontecimento social que desafia a interpretação.

A própria difícil e tão controvertida presença da Igreja Católica em contextos di-

retos de conflito como os do Araguaia, recebe, no estudo de Neide Esterce, uma de suas melhores interpretações. É preciso destacar este ganho indiscutível de sua reflexão. Alguns autores de pesquisas semelhantes simplesmente preferem não ver tal presença, para não terem que se comprometer com a sua avaliação. Outros tomam partido antecipadamente, condenando a participação de uma igreja *comprometida*, ou fazendo sua defesa acalorada. Em uma direção ou na outra tais procedimentos só têm servido para ocultar uma questão importante, que não pode ser silenciada nem analisada com pré-concepções. Neide Esterce enfrenta este desafio. Sem olhar o que aconteceu com os olhos e a lógica da igreja, mas sem se negar a incorporá-la, com a importância devida, na trama dos acontecimentos, a autora consegue ser rigorosa e justa, num terreno de compreensão de nossa realidade cotidiana onde ambas as coisas são necessárias.

A *Conflito no Araguaia* se poderia atribuir a idéia de um estudo de "dupla leitura", que tanto serve como análise antropológica ao pesquisador do assunto, quanto serve como depoimento e denúncia, a quem, em primeiro lugar, está ou deseja estar pessoalmente envolvido com as pessoas e os problemas a que o estudo se refere. Preferia dizer que o livro tem a virtude de justamente unificar, sem perdas, aquilo que com frequência se separa: seja por medo de perder, com o calor do depoimento, o rigor da ciência, seja por medo de perder, por causa da fala rigorosa da ciência, a força da denúncia.

Carlos Rodrigues Brandão é antropólogo e professor da Universidade de Campinas (Unicamp). Autor, entre outros, de *Os deuses do povo*, *A questão política da educação popular* e *A educação como cultura* (Brasiliense).

Se o tempo não é tempo de colher,
bem pode ser tempo de semear...
Uma é a alegria de ver nascer,
mas igualmente belo é o prazer de engravidar...

Natal, cio do tempo:
hora de plantar as sementes
da nossa mais alta esperança...
Até mesmo as virgens dão à luz.

Rubem Alves